



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 133

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PPS .....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR .....	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB .....	Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 133****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios.....	03
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	05
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	10
Dep. Ângelo Vanhoni.....	10
Dep. Augustinho Zucchi .....	11
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	14
Dep. José Domingos Scarpellini ....	14
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Tadeu Veneri.....	15
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PDT:	
Dep. Augustinho Zucchi .....	12
Liderança do PTB/PL/PMR:	
Dep. Jocelito Canto .....	16
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães ....	17
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri .....	19
Liderança do PMDB:	
Dep. Elza Correia .....	20
Liderança da Oposição:	
Dep. Elio Rusch .....	21
Liderança do Governo:	
Dep. Dobrandino da Silva .....	23
Sr. Pedro Nunes Bosquera	
Embaixador Extraordinário da	
República de Cuba .....	24
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	25
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	26
3ª Discussão	
2ª Discussão .....	27
1ª Discussão .....	28

Discussão Única (Proposições)..31

Requerimentos .....35

**Encerramento da Sessão Ordinária .....35****Publicações:**

Atas de Comissão

Defesa dos Direitos da Mulher,  
da Criança e do Adolescente.....35

Obras Públicas, Transportes e

Comunicações.....36

**126ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE NOVEMBRO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariado pelas Sras. Deputadas Elza Correia e Cida  
Borghetti.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Cleiton Kielse, Durval Amaral e Nelson Justus

(04); e em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofício***

Ofício nº 72/2005

Curitiba, 28 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente, vimos mui respeitosamente à presença de V. Exa., para dar ciência de fato ocorrido no dia 23/11, na cidade de Apucarana, quando fomos vítima de constrangimento por parte de um promotor local, Dr. André Delgrossi Assumpção que, em visível gesto de truculência e abuso de autoridade, nos deu voz de prisão, atingindo a imunidade parlamentar deste Deputado.

Outrossim, informar que a medida foi de tal forma descabida que, a própria Polícia Militar, chamada para cumprir a determinada “voz de prisão”, recusou-se a cumprir a ordem e que, em função do desenrolar do episódio, tomamos a decisão de comparecer pessoalmente, e de livre e espontânea vontade, à Delegacia de Polícia para registrarmos a ocorrência, conforme documentos em anexo.

Assim sendo, Sr. Presidente, e certos de sua mais preciosa atenção e providências, subscrevemo-nos.

Antenciosamente.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 3780

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 065/2005, Projeto de Lei nº 745/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 17, 19 e 20 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final dos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Proposição nº 021/2005, item 18, de Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCH

Apoioamento:

Cida Borghetti.

REQUERIMENTO Nº 3789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Proposição nº 629/2005, item 15, de Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 195/2005, por três Sessões.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa da ausência, pois, ausentar-se-á deste plenário nas Sessões dos dias 05, 06 e 07 do mês de dezembro, para tratar de assuntos referentes à Reforma Tributária e da Lei Geral das Microempresas, na cidade de Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3786

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 01 e 02 de dezembro, para realização de viagem a Porto Alegre, a fim de tratar de assuntos relacionados a aposentados e pensionistas do INSS, na esfera judicial, junto ao Tribunal Regional Federal - TRF.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3766

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Luíza Obana, ocorrido em Japurá, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 3772

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações a Francisca Ventura pela brilhante gestão frente à presidência da B.P.W.L. - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Londrina, gestão 2004/2005.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia a Francisca Ventura - rua Pernambuco, 390, Sala 606 - CEP 86.020-913 Londrina/Paraná.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 3765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, no sentido de viabilizar recursos financeiros para investir na recuperação e manutenção da orla marítima, em Matinhos, que além da situação de emergência devido aos ciclones e vendavais recentemente ocorridos em todo o litoral paranaense, que provocou danos de grande monta, acabou com a estrutura das praias conforme comprovam fotos anexas prejudicando o turismo

do nosso Estado e trazendo graves consequências sócio-econômicas para os moradores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 3768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando documentos para conhecimento dos fatos e solicitando que as devidas providências sejam tomadas com relação ao concurso da Paraná Previdência, realizado em 2002.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando documentos para conhecimento dos fatos e solicitando que as devidas providências sejam tomadas referentes a funcionários da Educação aprovados em concurso público.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Cultura, Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando a implantação de uma unidade da biblioteca Cidadã no município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3775

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Brasil Telecom, solicitando sejam urgenciadas as providências no sentido do atendimento ao pedido de expansão da rede de telefonia para o distrito de Nova Amoreira, no município de Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3776

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando providências no sentido da recuperação da estrada de Guaraqueçaba, que encontra-se intransitável, causando muitos transtornos à população.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando que seja determinado a inclusão do município de Rio Negro no Programa Luz Fraterna, pois inúmeras famílias que teriam direito a esse benefício, por serem de baixa renda, não estão tendo acesso ao mesmo.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Rubens Ghilardi, Diretor-Presidente da Copel, solicitando que o mesmo autorize a religação de um ponto de luz no assentamento do MST, no município de Quedas do Iguaçu, para atender às necessidades básicas das famílias que ali se encontram, como alimentação do motor que fornece a água que é utilizada para beber, bem como o resfriamento dos tanques de leite, do programa do Governo, Leite das Crianças.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 746/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido em até 20 (vinte) anos de uso, o prazo de vida útil de ambulâncias no Estado do Paraná.

Art. 2º O proprietário da ambulância será responsável pela manutenção, conservação e preservação das características técnicas dos veículos, exigidos e admitidos pelo DER/PR.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei intenta estabelecer um prazo máximo de circulação para ambulâncias, no território

estadual. Desta forma, tais veículos deverão estar em perfeitas condições de uso com uma adequada manutenção, conservação e preservação das características.

Assim, o prazo de 20 (vinte) anos estabelecido, configura-se como razoável para que tais veículos transitem com as condições necessárias.

#### PROJETO DE LEI Nº 747/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

##### Capítulo I

##### Diretrizes Gerais

Art. 1º Na execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual equilibrado, integrado ao planejamento nacional, incorporando e compatibilizando os planos regionais e municipais, nos termos do artigo 141, inciso I a V da Constituição Estadual, será aplicado o previsto nesta lei.

Parágrafo único. A condução do processo do planejamento e desenvolvimento pautar-se-á na sustentabilidade ambiental, tendo como referenciais as bacias, sub-bacias e microbacias hidrográficas e em conformidade com os ditames da Agenda 21 e do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do Estado do Paraná.

##### Capítulo II

Da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU

Art. 2º A política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, define as diretrizes para a instituição e implementação de programas, projetos e ações, integrados e articulados, com a abrangência e os participantes citados no artigo 1º desta lei, observando a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade e que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, sendo constituída de:

I - Política de Desenvolvimento Regional;

II - Política de Desenvolvimento Urbano;

II - Política de Desenvolvimento Institucional.

##### Capítulo III

Dos Planos Diretores Municipais

Art. 3º Na elaboração, implementação e controle dos planos diretores municipais os municípios deverão observar as disposições do Estatuto da Cidade e deverão ser constituídos ao menos de:

I - fundamentação do Plano Diretor Municipal contendo o reconhecimento, o diagnóstico e as diretrizes referentes à realidade do município, nas dimensões ambientais, socioeconômicas, socioespeciais, infra-estrutura e

serviços públicos e aspectos institucionais, abrangendo áreas urbanas e rurais e a inserção do município na região;

II - diretriz e proposições, com a abrangência conforme alínea anterior, estabelecendo uma política de desenvolvimento urbano/rural municipal e uma sistemática permanente de planejamento;

III - legislação básica constituída de leis do Plano Diretor Municipal, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo para fins urbanos, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, Sistema Viário, Código de Obras, Código de Posturas e instrumentos instituídos pelo Estatuto da Cidade que sejam úteis ao município;

IV - plano de ação e investimentos, compatibilizados com as prioridades do Plano Diretor, com o estabelecimento de ações e investimentos compatibilizados com a capacidade de investimento do município e incorporado nas leis do Plano Plurianual - PPA, Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamento Anual - LOA;

V - sistema de acompanhamento e controle da implementação do Plano Diretor Municipal com a utilização de indicadores.

VI - institucionalização de grupo técnico permanente, integrado à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

Art. 4º O Estado do Paraná somente firmará convênio de financiamento para projetos e obras de infra-estrutura, equipamentos e serviços com município que se enquadre num dos seguintes requisitos:

I - município que já possua Plano Diretor Municipal aprovado pela respectiva Câmara Municipal;

II - município que precisa ter um Plano Diretor Municipal, conforme exigência do Estatuto da Cidade, que estiver executando o Plano Diretor Municipal, tendo como prazo limite o prazo especificado no Estatuto da Cidade.

III - município para o qual o Estatuto da Cidade não exige Plano Diretor, deverá tê-lo aprovado, ou iniciado, até 90 (noventa) dias após a vigência desta lei.

Parágrafo único. Todo Plano Diretor, após iniciado, para efeito desta lei, deverá ser concluído e aprovado, no máximo, até 09 (nove) meses após iniciado.

Art. 5º Fica a cargo do Poder Executivo a criação do Conselho Estadual das Cidades - Concidades Paraná, e dos Conselhos Regionais da Cidade, que deverão estar em pleno funcionamento em até 180 (cento e oitenta) dias a partir da vigência desta lei.

Art. 6º Fica a cargo dos municípios do Estado do Paraná a criação e a instalação dos Conselhos Municipais das Cidades, ou similares, para integrar o processo permanente de planejamento e gestão decorrente de implementação dos planos diretores municipais, até 90 (noventa) dias após a vigência da lei do respectivo Plano Diretor Municipal.

## **Capítulo IV**

### **Disposições Gerais**

Art. 7º Os valores estipulados na capacidade de endividamento do município, para a aprovação junto à Secretaria do Tesouro nacional - STN, objetivando a assinatura de convênio de financiamento junto ao Estado do Paraná, deverão estar em conformidade com os projetos e as obras de infra-estrutura, equipamentos e serviços previstos no Plano Diretor Municipal e nos instrumentos orçamentários, PPA, LDO e LOA, e dentro das prioridades estabelecidas na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU.

Art. 8º Os municípios poderão financiar, junto ao Estado do Paraná, obras de interesse comum, constantes dos planos de desenvolvimento regionais, em regime de consórcio, observada a legislação pertinente.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e será regulamentada pelo Poder Executivo Estadual no prazo de 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) ELZA CORREIA

#### **JUSTIFICATIVA:**

A aprovação desta lei estadual se faz necessária para a institucionalização da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, implementação dos Planos de Desenvolvimento Regionais e criação dos Conselhos Estadual e Regionais das Cidades, que se somam às políticas de desenvolvimento urbano e municipal, Planos Diretores e Conselhos Locais, sob a responsabilidade dos municípios, em observação à Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica de cada municipalidade, particularmente os capítulos referentes à Política Urbana.

À parte do teor desta lei, que trata da exigência de existência de Plano Diretor Municipal como condição para a liberação de recursos estaduais, visa substituir o Decreto Estadual nº 2.581, de 17 de fevereiro de 2004.

É evidente a necessidade de uma organização Estadual e Municipal com a execução de uma política urbana que se estabeleça ao longo do tempo e que traga uma organização continuada das distintas regiões do Estado e dos municípios, que é o que espera e anseia a população como um todo.

No âmbito dos planos regionais, esta lei estará suprimindo a necessidade premente de integração intramunicipal e intermunicipal, afastando a política de tratamento das cidades como ilhas isoladas e consolidando, de uma vez por todas, a idéia de que a rede de cidades constitui um sistema fundamental para o desenvolvimento regional e de todo o Estado.

Os planos diretores municipais são concebidos como elementos dinâmicos para a organização das cidades e das suas áreas rurais. Neste sentido, eles exigem uma atuação técnica permanente que deve ser realizada e

implantada por todos os municípios do nosso Estado e desenvolvida por técnicos com formação para tal.

Com isso, aos fomentarmos a elaboração e implementação de planos diretores em todos os municípios do Estado, estaremos empregando recursos em obras estruturantes e prioritárias para melhoria da qualidade de vida da população ao longo dos anos e para o uso da propriedade urbana em prol da coletividade, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, inclusive contribuindo para o equilíbrio ambiental.

Também, a participação da população que estará se inter-relacionando com o Poder Público em todas as fases do processo de desenvolvimento, através da instalação dos conselhos municipais, regionais e estadual previstos nesta lei, em observação à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, também atendendo à demanda popular apresentada na 2ª Conferência Estadual das Cidades, ocorrida em Foz do Iguaçu, nos dias 22 e 23 de setembro do ano em curso.

Por tudo isso, espera-se que através da aprovação do projeto de ato normativo a seguir apresentado, seja atendida a necessidade da providência a ser tomada para o procedimento de execução de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 748/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a reposição do peixe curimbatá, anualmente, no programa Tanque Rede, do Governo do Paraná.

Art. 2º A reposição de que trata o artigo anterior, deverá acontecer em todos os rios e represas do Estado do Paraná, em percentual de no mínimo 50% em relação às demais variedades.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### JUSTIFICATIVA:

O programa Tanque Rede do Governo do Estado, instituído em maio deste ano, objetiva a reposição do estoque pesqueiro dos rios do Estado do Paraná, quando o lote recolocou um milhão de alevinos produzidos especificamente para esse fim.

Esta lei instituiu a obrigatoriedade de que dos lotes a serem utilizados doravante, pelo menos 50% do total do lote, seja de peixe curimbatá. De acordo com os técnicos, o peixe curimbatá é uma espécie que faz parte da cadeia

alimentar de outras espécies, tais como: pacus, dourados e também ajuda na repovoação e auxilia na limpeza dos nossos rios e represas, pois é uma qualidade do curimbatá comer vegetação que nasce no fundo desses rios e lagos, auxiliando a manter limpos os nossos mananciais que abastecem as cidades do Paraná. Outra característica desta espécie, é que no período da piracema esses animais não precisam subir o rio para desovarem.

Desta forma, pretende o presente projeto de lei trazer mais qualidade de vida aos nossos moradores, através da limpeza dos nossos rios e represas, aproveitando o programa Tanque Rede do Governo do Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 749/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

#### Súmula:

Retifica o memorial descritivo das divisas dos municípios limítrofes ao município de Guaraniaçu, criado pela Lei nº 790, de 27/11/1951, principalmente no que tange a uma área situada entre o Rio Cascudo, que era denominado como Rio São João, conforme mapa feito pelo Departamento de Geografia e Terras e Colonização, feito em setembro de 1953, desde a sua nascente até a confluência com o Rio Banana, que era denominado como Rio cascudo, conforme mapa feito pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização, feito em setembro de 1953, este até sua nascente seguindo um trecho por linha seca até a nascente do Arroio Batista, descendo por este até o Rio Guarani seguindo a jusante do Rio Guarani, até a BR-277, seguindo por esta até a nascente do Rio Cascudo. Área esta situada na gleba nº 05, 1ª e 2ª secção, gleba nº 06 e parte da gleba nº 08, todos pertencendo à Colônia São João do Sul, no município e comarca de Guaraniaçu/PR. Os limites e configurações a serem retificados passarão a vigorar da seguinte forma:

Art. 1º Os novos limites e confrontações no memorial descritivo serão os seguintes:

Norte: pelo rio Piquiri, com os municípios de Altamira do Paraná e Campina da Lagoa;

Leste: pelo rio Feio, estrada municipal de Diamante do Sul, rio Cascudo, rio Banana, BR-277 e rio Guarani com os municípios de Diamante do Sul e Nova Laranjeiras;

SUL: pelo rio Guarani, com o município de Quedas do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Espigão Alto Iguaçu;

Oeste: pelo rio Izolina córrego Palmeiras, BR-277, estrada do Guaporé, por linha seca, córrego Bonito e rio Bandeira com os municípios de Catanduvas; Ibema e Campo Bonito.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da proposição visa corrigir o memorial descritivo da lei que criou o município de Nova Laranjeiras.

Quando da elaboração das divisas com o município de Guaraniaçu, houve uma troca de nome dos rios existentes neste memorial, e a consequência desse equívoco culminou na desfragmentação de parte de sua área original para o município de Nova Laranjeiras, e a área em questão estaria situada no território deste novo município.

A Lei nº 790 de 1951, que estabeleceu os limites entre os municípios de Guaraniaçu e Laranjeiras do Sul, cita que a divisa “começa no rio Iguaçu na foz do rio Guarani e por este águas acima até sua cabeceira e daí por uma linha reta alcança a cabeceira do rio Cascudo e desce por este até sua foz no rio Piquiri.”

Com base nessa lei, no ano de 1953, o antigo Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná publicou o mapa municipal de Guaraniaçu, que demonstrava a situação dos limites daquela municipalidade. Se tomarmos este mapa do ano de 1953 como referência, nota-se que, de fato, há uma diferença de localização em relação ao rio Cascudo, mapeado atualmente. Essa diferença pode ter gerado, no decorrer dos anos, um deslocamento de divisa desse Município.

O loteamento da gleba São João do Sul, feito pelo Estado (DGTC - Departamento de Geografia, Terras e Colonização), situou todos os lotes da gleba 06 dentro do município de Guaraniaçu. Atualmente esses lotes estão mapeados em Nova Laranjeiras. A área abrangida por essa gleba é exatamente aquela solicitada para ser anexada ao quadro territorial de Guaraniaçu. Assim, segundo o mapa da gleba 06 da Colônia São João do Sul, o rio Bananas fazia a divisa do município, em desacordo com a Lei nº 790/51, porque era conhecido na época como rio Cascudo, de acordo com o mapa de 1953, em anexo.

*Assim, necessário retificação do memorial descritivo das divisas dos municípios limítrofes ao município de Guaraniaçu, principalmente no que tange a uma área situada entre o Rio Cascudo, que era denominado como Rio São João, conforme mapa feito pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização, feito em setembro de 1953, desde a sua nascente até a confluência com o Rio Banana, que era denominado como Rio Cascudo, conforme mapa feito pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização, feito em setembro de 1953, este até sua nascente seguindo por um trecho por linha seca até a nascente do Arroio Batista, descendo por este até o rio*

*Guarani seguindo a jusante do rio Guarani, até a BR-277, seguindo por esta até a nascente do rio Cascudo.*

*Área esta situada na gleba nº 05, 1ª e 2ª secção, gleba nº 06 e parte da gleba nº 08, todos pertencendo à Colônia São João do Sul, município e comarca de Guaraniaçu/PR.*

Não obstante os limites fronteiriços entre os municípios não encontram-se clara e precisamente estabelecidos, esse equívoco consoante à nomenclatura dos rios, vem causando graves transtornos à administração pública e aos cidadãos residentes nessa área.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 750/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Maurício Milani Rua - “Maurício Shogun”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Maurício Milani Rua - “Maurício Shogun”, curitibano, nascido em 25 de novembro de 1981, 23 anos, sagrou-se campeão no último dia 28 de agosto de Pride Grand Prix, principal torneio de MMA (Mixed Martial Arts) do mundo, o esporte é conhecido popularmente no Brasil como Vale-Tudo no mundo.

Na mesma noite, Maurício derrotou na semi-final o holandês Alistair Overeem, e na final o também brasileiro Ricardo Arona, ambos por nocaute ainda no primeiro round. Arona havia vencido o super-campeão Wanderlei Silva por pontos numa das semi-finais do torneio.

O Pride foi realizado no Saitama Super Arena no Japão para um público de mais de sessenta mil expectadores e teve transmissão ao vivo por sistema pay-per-view para vários países do mundo, inclusive para o Brasil pelo canal Premiere Combate. Shogun foi considerado o atleta mais técnico e a principal revelação do vale-tudo mundial mesmo sendo o mais jovem de todos os participantes.

Em sua meteórica carreira, Shogun acumula atualmente doze vitórias, sendo onze por nocaute.

Principais Títulos:

Campeão do Meca World Vale Tudo 6, 7 e 8

Campeão do Pride Bushido 1, 2 e 3

Campeão do Pride 29

Campeão do Pride Grand Prix 2005



## Cartel MMA (Mixed Martial Arts)

Vitória	Ricardo Arona	KO (Strikes)	PRIDE-Final Conflict 2005	8/28/2005
Vitória	Alistair Overeem	TKO (Strikes)	PRIDE-Final Conflict 2005	8/28/2005
Vitória	Antonio Rogerio Nogueira	Decision (Unanimous)	PRIDE-Critical Countdown 2005	6/26/2005
Vitória	Quinton Jackson	KO (Strikes)	PRIDE-Total Elimination 2005	4/23/2005
Vitória	Hiromitsu Kanehara	TKO (Stomp)	PRIDE-29 - Fists OF Fire	2/20/2005
Vitória	Yasuhito Namekawa	TKO (Punches)	PRIDE- Bushido 5	10/14/2004
Vitória	Akihiro Gono	TKO (Strikes)	PRIDE-Bushido 2	2/15/2004
Vitória	Akira Shoji	KO	PRIDE-Bushiro 1	10/05/2003
Derrota	Renato Sobral	Submission (Guillotine Choke)	IFC - Global Domination	09/06/2003
Vitória	Eric Wanderlei	TKO (Punches)	IFC- Global Domination	09/06/2003
Vitória	Evangelista Santos	TKO (Punches)	Meca 9 - Meca World Vale Tudo 9	08/01/2003
Vitória	Angelo Antonio	TKO (Soccer Kicks)	Meca 8 - Meca World Vale Tudo 8	5/16/2003
Vitória	Rafael Capoeira	KO (Kick)	Meca 7 - Meca World Vale Tudo 7	11/8/2002
<a href="http://www.mauricioshogun.com.br/">http://www.mauricioshogun.com.br/</a>				

## PROJETO DE LEI Nº 751/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Fernando Haddad, Ministro da Educação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.2005.

(a) HERMES FONSECA

## JUSTIFICATIVA:

Uma das maiores conquistas do Paraná, ou talvez a maior, em 2005, foi a segunda Universidade Federal do Estado e a primeira Universidade Tecnológica Federal do País - a UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Tal conquista se deve a uma ação coletiva. Sua discussão se iniciou na gestão do então Ministro Cristóvão Buarque e se encerrou na gestão do ex-Ministro Tarso Genro, que se transformou no Projeto de Lei nº 4183/2004, encaminhado pelo Poder Executivo Federal, em 28 de setembro de 2004, ao Congresso Nacional, propondo a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Aprovado pela Câmara dos Deputados em 05 de maio de 2005, e posteriormente pelo Senado Federal em

14 de setembro de 2005, transformado em Lei nº 11.184, por sanção presidencial, em 07 de outubro de 2005.

Durante todo o tempo, desde a elaboração do projeto de lei até a sua transformação em lei, primeiro como Secretário Executivo do Ministério da Educação e depois como Ministro da Educação, Fernando Haddad, teve sua ação decisiva para a transformação do Cefet-PR em UTFPR.

Dada à relevância desse feito para a educação superior e tecnológica do Paraná, propomos a honraria máxima para outorga ao Dr. Fernando Haddad, Ministro da Educação da República Federativa do Brasil, como reconhecimento ao relevante serviço prestado ao Estado do Paraná. Isso posto, pedimos o apoio e voto favorável de todos os Pares desta Casa.

Fernando Haddad, nascido em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1963; Bacharel em Direito, Universidade de São Paulo, 1985 - Especialização em Direito Civil; Mestre em Economia, Universidade de São Paulo, 1990. Especialização em Economia Política; Doutor em Filosofia, Universidade de São Paulo, 1996; Professor de Teoria Política Contemporânea no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo; Analista de Investimentos do Unibanco; Consultor da Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe); Chefe de Gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do município de São Paulo; Secretário Executivo do Ministério da Educação; Ministro de Estado da Educação - Nomeado em 2005.

Fernando Haddad foi nomeado Ministro da Educação pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, iniciando seu mandato em 29 de julho de 2005. Foi consultor da Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe), Chefe de Gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do município de São Paulo, assessor especial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretário Executivo do Ministério da Educação, entre outras atividades desenvolvidas ao longo de sua experiência profissional.

Livros publicados: **O Sistema Soviético**, Scritta Editorial - São Paulo 1992; **Em Defesa do Socialismo**, Vozes, Petrópolis - 1998; **Desorganizando o consenso**, Vozes, Petrópolis -1998; **Sindicatos, cooperativas e socialismo**, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo - 2003.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez o superávit primário do Governo Federal bateu o record. O superávit é a economia que o Governo faz para pagar os juros da dívida pública do país. É a receita menos despesa. Sem levar em conta o pagamento desses juros. Foram oito bilhões, 553 milhões de reais. Este é o melhor resultado dos últimos quinze anos. O maior, desde que começou a ser medido. Maior e melhor para o Governo. Pior e ruim para a população, porque desde que o Governo neoliberal de Fernando Henrique assumiu a Presidência da República, e agora com a continuidade no Governo Lula, o setor público vem acumulando esses superávits; que significa, na verdade, resultados muito ruins para a maioria da população brasileira. São 95 bilhões de reais acumulados. Isto à custa de uma polícia fiscal apertada e de aumento contínuo da arrecadação de tributos. E, é claro, quem está pagando esta conta é a própria população brasileira, principalmente os mais pobres, porque não há imposto sobre as grandes fortunas. E lemos no jornal que o custo de vida caiu, que a miséria diminuiu. E isto ainda não é palpável para nós que convivemos diariamente com as pessoas de classe média, de classe média baixa.

Agora, uma outra notícia que sai com pequeno destaque na imprensa e que talvez o Governo Federal não queira ver, é que o volume de cheques devolvidos, os cheques por falta de fundos, teve a segunda maior marca de todos os tempos: de cada mil cheques, 19,7, são devolvidos. Em março, foi a pior marca: foi de 20,8 cheques dentre mil emitidos.

Realmente, quem viu o Governo Federal, o Presidente Lula, pregando contra tudo isso durante a campanha, espanta-se. Porque o brasileiro, em um ano, pagou 3,4% do PIB, só de juros a bancos, financeiras e operadoras de cartão de crédito.

Este é um levantamento da Federação de Comércio do Estado de São Paulo. Nós temos que pagar um mês por ano só de juros. E não são impostos, não. Esta é a taxa de juros de 18,5% ao ano. Uma taxa de juros média, cobrada do consumidor, de 64,9% ao ano. Não estou nem falando do cheque especial, que é de 160% de taxa anual.

Então, o Governo que se elegeu propondo cortar gastos, diminuir despesas, e cortar na própria carne, pelo contrário: é o Governo que mais criou cargos. Principalmente cargos comissionados. Dizem que foram trinta mil nesses quase três anos do Governo Lula. Trinta mil novas nomeações. E vemos sobrando medidas de aumento de impostos para o povo. Por que não diminuir a carga tributária? Por que não baixar os juros? Esse dinheiro entraria no mercado em forma de novos investimentos, de novos empregos. Giraria naturalmente, a roda da economia. E, por fim, o Governo receberia tudo isso. Mas, quem paga a conta é a população, porque infelizmente, por uma incoerência daqueles que estão no poder, que se esqueceram da sua trajetória, de seus compromissos e esses juros escorchantes, determinam esse abismo social que grassa em nosso país.

Lamentamos, porque o Presidente Lula tinha todos os atributos para mudar essa realidade, o que não aconteceu.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

### ***Deputado Ângelo Vanhoni (PT)***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Notícia que percorre todos os jornais na imprensa hoje é uma das melhores notícias que pudemos ter neste ano.

No jornal Gazeta do Povo, tanto na matéria de capa como na página 13, traz uma reportagem a respeito de dados estatísticos que foram divulgados pela Fundação Getúlio Vargas.

(Lê):

*Estudo divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004) mostra que a miséria atingiu o patamar mais baixo desde 1992, início da série histórica do levantamento feito pelo IBGE.*

*A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004. Em 1992, a proporção de miseráveis era de 35,87%. Apesar da melhora, uma a cada quatro pessoas no país*

viviam com um renda inferior a R\$ 115 por mês no ano passado.

*Em 2004, a miséria caiu 8%. O resultado foi motivado principalmente pela redução da desigualdade social. A renda domiciliar per capita cresceu 2,85% e o índice de Gini, fórmula internacional usada para comparar a desigualdade da renda em valores de 0 a 1, na qual 1 é o pior indicador, teve queda de 2,05%.*

*“O que chama mais atenção é a combinação entre crescimento e redução da desigualdade”, afirma o economista Marcelo Neri, responsável pela elaboração do estudo.*

*Em 2004, a economia brasileira cresceu 4,9%. A série histórica mostra que anos de forte geração de emprego, como o ano passado, apresentam maiores quedas na proporção de pessoas abaixo da linha de miséria. “A redução da pobreza se deu por dois motivos: dois terços por efeito de desconcentração de renda e um terço pelo crescimento econômico. Esse, resultado mostra que é possível combater a pobreza atacando pelas duas frentes”, disse.*

*Não é a primeira vez que a desigualdade social cai de um ano para o outro. Desde 2001 ela tem apresentado quedas gradativas, mas de 2003 para 2004, ela duplicou seu ritmo de queda.*

*Segundo Neri, o que pode estar por trás desse movimento são fatores como a recuperação do mercado de trabalho, com maior oferta de empregos formais, a maior escolarização do brasileiro e o ajuste de programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família. “Cresceu a participação do Estado na economia. Ele está transferindo mais renda para as pessoas”, afirmou.*

*A média de queda da miséria do Governo Lula é de 2,2%, um resultado superior ao do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando a média anual foi de 1,8%, mas inferior ao da primeira gestão do ex-presidente, quando a queda da miséria foi de 4,5% ao ano.”*

Fiz questão de ler essa matéria no dia de hoje, porque quando falamos de diminuição da pobreza no Brasil estamos falando de milhares e milhares de famílias no Nordeste brasileiro, na caatinga, no interior de Minas Gerais, no interior do Paraná, nos diversos estados da União que, de alguma forma, pelas políticas e pelo desenvolvimento do nosso país, têm alcançado uma condição de vida melhor.

Ainda morrem, no nosso país, milhares de crianças, vítimas da desnutrição, por problemas de parto. Ainda morrem, no nosso país, mães, mulheres por problemas também de parto, dado as dificuldades de desenvolvimento econômico, das políticas sociais que precisam ser estabelecidas para dar cidadania ao conjunto do povo brasileiro.

Então, notícias como esta, por um lado mostram o acerto do desenvolvimento de uma política econômica, do desenvolvimento econômico que o país vem atravessando, e por outro lado, de políticas sociais, sobretudo

com o Bolsa-Família, que neste ano deve atingir a marca perto de 11 bilhões de reais que de alguma forma está ajudando as famílias carentes que estão na linha da pobreza em território nacional. Só no Paraná são 565 mil famílias que recebem auxílio do Governo Federal, seja com o Bolsa-Família, seja com o Bolsa-Escola, seja com o Vale-Alimentação; algumas das políticas sociais implementadas pelo Governo Federal. Fico feliz pela notícia que traz a Fundação Getúlio Vargas.

Espero que o Governo acerte e corrija as distorções que, no meu entendimento, e em parte concordo com a fala do Deputado Barbosa Neto, acho que o superávit primário é desmensurado para um país como o nosso; acho que os recursos do nosso país devem ser canalizados à geração de emprego, à melhoria da infra-estrutura, aplicando recursos nas estradas, estradas de ferro, nos portos, para que o desenvolvimento da nossa economia não sofra os problemas de continuidade em função do desenvolvimento da economia mundial.

Sr. Presidente, era isso. Acho que está de parabéns o Ministério da Ação Social, comandado pelo ex-deputado federal e ex-prefeito de Belo Horizonte, Pattus Ananias, e está de parabéns também a sociedade brasileira, porque junto com o Governo está dando um passo no sentido de diminuir a miséria e a fome, no território nacional. Esta é uma notícia que deve ser comemorada por todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Augustinho Zucchi com a palavra.

## ***Deputado Augustinho Zucchi (PDT)***

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho andado, nesses últimos dias, apenas ouvindo aquilo que se fala com relação ao processo eleitoral; e nós estamos num momento fértil para aquilo que se comenta das próximas eleições, tanto a nível de país, quanto de Estado. Mas, como Vice-Presidente do PDT, venho à tribuna para falar a respeito de uma entrevista dada pelo Senador Osmar Dias.

Há pouco dias atrás o comentário que surgia no Paraná era que o Senador Osmar Dias, e o seu irmão, também Senador e ex-Governador Álvaro Dias, não estavam se acertando, e portanto, os dois seriam prejudicados e provavelmente o Senador Osmar Dias não seria candidato.

Depois que isso acabou se esvaindo no tempo, e que a população percebeu, - e as lideranças também - que não era verdade, vem - por conta, Deputada Cida, de uma licença médica do Senador Osmar Dias - que não gosta de perder Sessão no Congresso Nacional, no Senado, a dúvida de que poderia o Senador estar doente; e então, não disputaria mais a eleição no Estado. Agora, a última da moda, e comentado em todo o Paraná, é que por conta

de uma entrevista, Deputado Dobrandino, concedida pela Senador na TV Educativa, teria ele então se aliado, ou feito qualquer tipo de acordo com o Governador Roberto Requião, e não seria mais candidato.

Ora! Primeiro, a maioria das pessoas falava no Paraná, do silêncio do Senador Osmar Dias. E de fato, o Senador é um homem que trabalha com as coisas concretas. Realmente ele é muito discreto às vezes, e trabalha de forma intensa, mas discretamente.

Com relação a essa entrevista, em primeiro lugar porque é um veículo público, em segundo lugar porque foi convidado pela TV Educativa para que concedesse uma entrevista. Ora, como cidadão, como liderança política, como agente público, não apenas tem o direito de dar entrevista como tem inclusive o dever. Espero, aliás, que a TV Educativa possa ouvir outros paranaenses, abrir espaço, Presidente Hermas Brandão, para outras lideranças. Para lideranças inclusive que sejam destoantes do Governo do Estado.

Mas, Deputado Anibelli, a entrevista dada pelo Senador Osmar Dias foi a mesma entrevista concedida por ele em todos os meios de comunicação. Disse ele o que acha do Porto de Paranaguá, que não tem uma estrutura para segregação dos transgênicos, mas terá que ter. Disse ele o que acha com relação às questões inerentes ao Estado; a sua posição com relação ao quadro político nacional; e não muda em nada, Deputado Valdir Rossoni, a sua posição de pré-candidato como foi anunciado na sua entrevista. Na sua entrevista foi anunciado como pré-candidato do PDT ao Governo do Estado.

É claro que estamos conversando com outros partidos; é claro que todos os partidos estão conversando entre si. Não interfere, absolutamente, em nada a sua posição política no Paraná, o fato de conceder uma entrevista à TV Educativa, que se for convidado outras vezes, também concederá.

Se for convidado por outras emissoras, vai conceder também.

Mas, o que quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Solicito ao Deputado Barbosa Neto se me concede o tempo da Liderança do PDT?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está concedido. V. Exa. tem mais dez minutos.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PDT***

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço, Presidente Hermas Brandão. Apenas para concluir o meu raciocínio.

Se for convidado por outras televisões, por outros canais, vai conceder entrevista. Apenas e tão somente não muda a sua posição política, o fato de ter dado uma entrevista à TV Educativa que é pública e que tem sido costumeira e reiteradamente usada pelo Governo do Estado.

Mas, não há razão para que se tenha alguma dúvida com relação ao procedimento do Senador Osmar Dias, que tem sido, sim, cauteloso. Tem falado que aguarda o encaminhamento do quadro nacional. Em nenhum momento disse que não será candidato ao Governo do Estado. O nosso partido, o PDT, já definiu isso há algum tempo.

Aliás, o Partido, a nível nacional, assumiu em Cascavel, num memorável encontro que tivemos lá, com a presença de outros representantes partidários - estava lá o Deputado Valdir Rossoni - de que o Partido, a nível nacional, caia ou não caia a verticalização, vai priorizar as eleições estaduais porque temos candidatos em vários estados, não só no Paraná. E claro que sabemos que se priorizarmos as eleições estaduais, não podemos engessar o Partido a nível federal.

Então, na minha opinião foi uma entrevista equilibrada, ponderada, bastante responsável, do Senador Osmar Dias, mas que, politicamente, Deputado Luiz Carlos Martins, a sua posição não mudou em absolutamente nada. Vamos ser claros. A convergência que tem com o Governador Requião é do tempo que ainda trabalhávamos juntos, no mesmo grupo político. As divergências que temos foram ficando claras ao longo do tempo. Independentemente das convergências em alguns pontos e das divergências em outro, Deputado Vanhoni, não muda aquilo que pede o Paraná.

Na minha opinião, Deputado Anibelli, com todo o respeito, o Paraná pede novas lideranças. O Paraná deu demonstrações nas últimas eleições, que gostaria de ver disputando as eleições do Estado, novas lideranças. O Senador Osmar Dias tem um caminho trilhado no Paraná, profissional e politicamente também. Quando foi diretor da Faculdade de Bandeirantes transformou a Faculdade de Agronomia em uma das melhores do Brasil. Quando foi Presidente da Codapar, da antiga Cafe do Paraná, em dois anos transformou-a na melhor empresa de agropecuária do nosso país. Quando foi Secretário da Agricultura, cargo que honrosamente o nosso Presidente Hermas Brandão exerceu, fez um trabalho que não foi apenas exemplo ao Paraná e ao Brasil, mas para a América Latina e para os países do Caribe.

Enfim, programas que ficaram marcados e que graças a eles, temos hoje a condição de ostentar ainda, apesar de ter 2% do território nacional, o lugar de primeiro produtor no ranking nacional na produção de grãos, capaz de superar os adventos das crises, ficando o nosso Estado bastante fortalecido por uma crise que não aconteceu na agricultura como agora. Quando foi candidato ao Senado a primeira vez, foi em uma composição política no Paraná e a segunda vez fez a maior votação da história.

Portanto, hoje a candidatura do Senador Osmar Dias não a pertence mais. Em qualquer lugar que estejamos no Estado do Paraná, embora o Senador não tenha feito reuniões e concentrações políticas, vemos que toda a população fala o seu nome, que goza de credibilidade e respeitabilidade invejáveis. Acho que apenas e tão somente vai valorizar a disputa política no Paraná.

Vamos apresentar uma alternativa ao Paraná, um projeto não apenas com o nome do Senador Osmar Dias, mas um projeto administrativo e de desenvolvimento para o Paraná, e concretamente, do jeito que o Senador sempre agiu, chamando a sociedade, discutindo, ouvindo setores da sociedade, fazendo um programa que possa ser do tamanho e da dimensão da população do Paraná.

Concedo um aparte, inicialmente ao Deputado André Vargas e depois aos Deputados Rossoni e Barbosa Neto.

#### **O Sr. André Vargas (PT)**

Eu queria, primeiro, confessar uma fraqueza humana que tenho, uma inveja: nunca fui convidado pela TV Educativa, mas louvar a iniciativa da TV e do Senador Osmar Dias, porque pela primeira vez, recebe para uma entrevista nesse período “neo-requianista”, para ouvir o contraditório. De fato, assisti à entrevista, que não teve só concordâncias, mas discordâncias inúmeras, sejam em questões federais ou em questões nacionais. Inova, talvez, a TV Educativa, em um novo momento de democracia. Vou aguardar a vez para uma hora ou outra dar uma “entrevistinha” qualquer. Louvar a iniciativa do Senador Osmar Dias, que lá esteve e bem desempenhou o papel e assumiu a sua posição de liderança política.

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Deputado André Vargas, muito obrigado pelo seu aparte.

Acho que temos, na abertura da TV Educativa, algo importante, algo que seja melhor do que estava e não um problema. A TV Educativa, abrindo espaço para outras lideranças darem as suas opiniões. Acho que é importante para o Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Augustinho Zucchi, cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento, mas eu também estou com a mesma doença do André Vargas. Devo procurar um médico, porque estou com inveja. É uma doença que me tomou de súbito, porque a entrevista do Senador Osmar Dias foi uma aula e inclusive se o Governador Requião assistiu, recebeu uma aula de transgênico, que é o que ele mais precisava, porque fala tanta “abobrinha” sobre isso, que, se assistiu, recebeu uma aula.

Mas, quero discordar de V. Exa. quanto a apenas o Senador Osmar Dias e o Governador Requião usarem a TV Educativa. Quero dizer que todos os partidos políticos têm o mesmo direito; porque aquela televisão não é

propriedade particular e o que acho engraçado é que o Governador age como se a televisão fosse dele. Isso é um absurdo, uma aberração!

Estou entrando com um requerimento para pedir ao Governador. já que ele foi tomado de súbito por esse ato democrático, para que ele transmita as sessões da Assembléia, porque seria salutar para o povo paranaense conhecer o debate também dos Parlamentares. Já que a TV é pública e ele iniciou essa abertura, através do Senador Osmar Dias, espero agora que ele convide, por exemplo, se forem os pré-candidatos de todos os partidos, se os presidentes dos partidos, que seja todos e que ouça também o outro lado da história que temos para contar à população paranaense, como fez ontem o PFL.

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e inserir aqui os meus cumprimentos ao PFL. Parabéns ao PFL pelo posicionamento de ontem à noite!

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Peço desculpas aos demais Parlamentares, mas só cederei aparte ao Deputado Barbosa Neto, que já havia se inscrito.

Deputado Rossoni, V. Exa. que me concede brilhantemente apartes, não há divergência entre o nosso posicionamento. Acho que a TV Educativa deve abrir espaço para outras lideranças, também, de outros partidos.

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto, apenas para encerrar, até porque o Presidente já me cobra o encerramento.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Quero cumprimentar V. Exa. e dizer que para que o processo eleitoral não seja atropelado e não antecipemos o fim desse Governo, que o Senador Osmar Dias está tendo toda a prudência e a coerência que precisa ter um governante, um estadista. E, com certeza, no momento correto, quando do lançamento das candidaturas, das convenções, seu nome estará lá para desespero de alguns e para estupefação de outros.

Muito obrigado, Sr. Deputado!

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Agradeço, Sr. Presidente Hermas Brandão, a sua benevolência em me conceder um tempinho a mais.

Apenas para concluir, dizer que não há, portanto, absolutamente nenhuma mudança naquilo que pensa o Senador Osmar Dias e também no projeto político e administrativo que temos para o Paraná, pelo fato de participar de um programa da TV Educativa, que na minha opinião é pública e o faz, na minha opinião, com a abertura que deveria fazer também a outras lideranças.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

## **Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na quinta-feira, dia 30, à zero hora, teremos novamente no Estado do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o reajuste da tarifa do pedágio. O pedágio não baixou, o pedágio não acabou. O Governo do Estado do Paraná está no seu terceiro ano de mandato. Falta um ano só para o Governador Roberto Requião chegar ao término do seu mandato e estamos vendo que o pedágio não baixou e que o pedágio não acabou. Pelo contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pedágio sobe em dezoito das vinte e sete praças de pedágio; 8%, em especial na região dos Campos Gerais, onde a Rodonorte é a empresa concessionária. Nas outras nove praças de pedágio, que ficam no Norte Pioneiro e na região de Foz do Iguaçu, teremos um reajuste na casa de 14% a 17% na tarifa.

Então, Sr. Presidente, durante o período eleitoral, vimos uma bravata ser vendida aos paranaenses de que nós veríamos uma redução na tarifa do pedágio e que se não conseguisse reduzi-las teríamos o fim do pedágio. Vamos falar a verdade; essas rodovias estão em um bom estado de conservação, não têm buraco, são bem sinalizadas, têm assistência médica, têm socorro mecânico, enfim, são rodovias de Primeiro Mundo. Só que, infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o preço está alto, nós defendemos as rodovias concessionadas, mas, ao mesmo tempo, que se cobre um preço justo. E hoje está caro.

Então, quero registrar, na Assembleia Legislativa do Paraná, que no terceiro ano do Governo Requião, o pedágio não acabou, o pedágio não abaixou e o pedágio subiu novamente. E os paranaenses que usam essas rodovias é que vão pagar essa diferença, essa alta, nas praças de pedágio quando por ali passarem com os seus veículos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

## **Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Realmente pesa uma certa desconfiança, Deputado Barbosa Neto, sobre a Bancada do PDT e sobre o convite ao Senador Osmar Dias para participar de um debate na TV Educativa. Eu vejo alguns Deputados viajando para o exterior acompanhando o Governador e que até voltam com o cabelo estilo militar, ao estilo Chávez, da Venezuela. Vejo uma Bancada que deveria ser de Oposição, votando com o Governo. Isso nos confunde. Imaginem a opinião pública como é que fica? Realmente, é de se

estranhar, nem reconhecemos o Deputado quando voltou da viagem com o cabelo cortado. Agora, como é que vamos identificar os opositores aqui na Assembleia? Quem vai fazer a aliança e com quem? Quando? Quem será da Oposição?

A Bancada do PPS, do ex-Deputado Rubens Bueno, Presidente atual, também se confunde com a Bancada do Governador Roberto Requião, com a ressalva do nosso ilustre Deputado Marcos Isfer, que ontem fez um pronunciamento firme na Oposição, mas os votos sempre eram e estão sendo carreados para o Governo.

Mas, vamos lá, hoje eu quero cumprimentar o PFL pelo programa de ontem que mostrou que o pedágio não baixou e não acabou e que continua sendo cobrado, e vai ser aumentado. E que além disso ainda foram criadas praças de pedágio no Paraná, no Governo do Roberto Requião de Mello e Silva, que havia prometido acabar com o pedágio.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem eu usei da tribuna para fazer um relato sobre uma agressão que sofri na cidade de Apucarana, por parte de um Promotor Público, Dr. André Delgrossi Assunção.

Prestem bem atenção, Srs. Deputados, para a data de nascimento do cidadão a que me refiro: 11 de maio de 1981, 25 anos e alguns meses; talvez não tenha ele a experiência necessária que o cargo requer e por isso pratica atos que até se confundem com atos de insanidade mental.

Quero, Sr. Presidente, trazer a esta Casa, uma parte da ação civil pública que o elemento já citado ingressou, na cidade de Apucarana, onde ele pede o seguinte: “Decretação liminar de quebra de sigilo bancário e fiscal de todos os réus” - o principal sou eu, “com requisição imediata de informações da Receita Federal, estadual e da rede bancária. Quero dizer ao elemento que o Juiz disse o seguinte: “O autor requer a concessão de liminar visando a quebra de sigilo bancário porém o pedido será apreciado após a resposta do réu no momento de análise do recebimento inicial, pois o longo tempo decorrido entre os fatos e oferecimento da ação já é motivo para se aguardar a respectiva fase procedimental.

Quero dizer ao Dr. André que o meu sigilo bancário já está quebrado, há muito tempo, por falta de dinheiro no Banco. O meu sigilo telefônico, durante um longo tempo, uma parte muito grande dos contatos, via telefônica, foram feitos através de orelhões e de telefone celular de crédito, portanto, o que ele pede - e o Juiz não lhe concedeu - é uma matéria já deveras esgotada. Eu não sei se ele fez isso de caso pensado, para criar um problema mais sério contra a minha pessoa, ele pede a aplicação da Lei nº 8.429/92, portanto, editada três anos depois da data que saí da Prefeitura Municipal de Apucarana. Dizem as leis e os tratados, que a lei não pode retroagir para buscar ou alcançar os seus objetivos em atos praticados anteriormente, a não ser na área criminal para beneficiar o réu, que não é o caso aqui.

O ato que ele busca alcançar foi praticado em 1989 e a lei editada, de improbidade administrativa, é a Lei nº 8.429/92, do ano de 1992, três anos *a posteriori* do fato narrado na inicial do Exmo. Sr. Promotor Público que deu voz de prisão à minha pessoa. Esse Promotor esqueceu, ou não leu. Se leu não entendeu, que a matéria que está colocando no bojo central da ação pública que está movendo contra mim já foi matéria de decisão do Tribunal de Justiça do Paraná onde o desembargador, que hoje é Presidente do Tribunal, há alguns anos atrás, no processo criminal que veio de Apucarana para cá, disse no acórdão que deveria absolver o réu José Domingos Scarpellini, pois não há, nos autos, nenhuma prova consistente que houve qualquer valor pago acima do valor praticado no mercado pelo imóvel desapropriado. E assim sendo - estas são as palavras do desembargador: “como se vê as três avaliações realizadas são superiores ao valor pago pelo Prefeito José Domingos Scarpellini, à época”. E vem esse promotor, um jovem mancebo promotor da cidade de Apucarana, substituto, pedir quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico em ação que já transitou em julgado!

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazem isso na maioria das comarcas do Paraná. O Ministério Público propondo ações de combate ao nepotismo, como se isso fosse o problema maior do Estado e da administração pública, contra prefeitos, contra câmaras de vereadores. E no entanto o Procurador-Geral da Justiça do Estado, não faz essa mesma proposta contra o Governador que mantém o maior nepotismo no Estado, mantendo mais de quinze pessoas da sua família em cargos estratégicos do Governo. Ora, promotor, pode processar Prefeito, pode processar Deputado! E a Procuradoria Geral da Justiça não faz aquilo que eles pregam lá no interior a nível de Governo do Estado do Paraná. Eu entrei com um pedido de informações logo quando assumi o mandato aqui, em abril, querendo saber quanto o Ministério Público estava gastando no orçamento do Estado. E depois desse meu pedido começaram as retaliações, processos que já tinham sido julgados - como é o caso desse - voltam novamente à Justiça na véspera de um ano eleitoral, depois de quase quinze anos. Não dezesseis anos, matéria que já foi julgada.

Vou entrar com as ações de danos morais e materiais contra o Governo do Estado. E espero que o Governo depois faça o regresso contra o Ministério Público e faça esses promotores pagarem as indenizações por estarem caluniando, difamando as pessoas, como é o meu caso. Agora, quantos outros não têm uma tribuna para se defender e caem nas garras desses gaviões por aí, sendo escravos da sua vontade e do seu desejo?! Portanto, Sr. Presidente, estou encaminhando uma cópia de um pedido de providências que me foi sugerido ontem pelo Presidente Neivo Beraldin e depois o presidente titular Hermas Brandão, porque não posso admitir que vivamos numa República, que seja a República dos Promotores, que o promotor seja mais que o prefeito, que o promotor

seja mais do que o vereador ou o presidente da Câmara. Cada um na sua função. Não se pode sair por aí tentando encontrar ou criando “bichos de sete cabeças” nos municípios ou nas administrações públicas onde existem as facções políticas, e um vive a denunciar o outro e aí, se pegar, e fizer o Partido do Ministério Público para se preparar denúncias e providências, atendendo interesses políticos de um grupo ou de outro...

Não queremos a omissão do Ministério Público, mas não tenho visto a presença dele nas cadeias superlotadas do Paraná, onde milhares de pessoas estão com os direitos humanos feridos, sendo agredidos, na superlotação, no contágio de tuberculose e de doenças infecto-contagiosas e o Ministério Público não toma nenhuma providência. No entanto, basta um deslize de um vereador ou de uma Câmara de Vereadores, é aquele carnaval! Seminário dos Promotores para combater o nepotismo no Paraná; Seminário para combater os cargos públicos do Paraná! Ora! E as coisas mais sérias que poderiam estar na mira do Ministério Público: transporte escolar, feito muitas vezes de maneira irregular pelas Prefeituras, pelas empresas e aí, ninguém, aparece para falar. Vemos dezenas de questões sendo levadas no Paraná e ninguém aparece para falar. No entanto, repetir decisões já julgadas, coisas julgadas são as coisas que dão manchete e notoriedade. Portanto, estou encaminhando à Presidência, para providências, o material que aqui está.

Muito obrigado pela atenção.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Scarpellini, na Presidência interinamente, recebemos a Representação que V. Exa. encaminha e já com o compromisso de ser remetido ao Ministério Público para as providências.

Anunciamos a presença do ex-Vereador de Maringá, Aristides, com muita alegria, Diretor do Galo de Maringá e agora vai para a 1ª Divisão, com muito orgulho para a cidade de Maringá.

### ***Grande Expediente:***

Passaremos ao Horário do Grande Expediente.  
Inscrito o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, abro mão deste horário em função de ter havido uma conversa com o Presidente Hermas Brandão para que outros Deputados, no uso de seu direito de horário, possam, a partir de determinado horário, receber a visita do Embaixador de Cuba e do Chefe da Casa Civil da Argentina. Abro mão do horário para que possamos agilizar os trabalhos e depois ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Quando da oportunidade, estiverem aqui esses dignatários de outras nações, abriremos dez minutos referentes ao Grande Expediente para que façam seu pronunciamento.

### ***Horário das Lideranças:***

Passamos ao Horário das Lideranças.  
Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou começar falando sobre o pronunciamento do Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Deputado Plauto que fez um discurso na tribuna de Oposição, onde reclama que o pedágio vai subir, que o pedágio vai ter uma nova alteração. Eu lamento profundamente, não sou contra o que se fala aqui, mas acho estranho, Deputado Plauto, V. Exa. falar de pedágio. Acho que só pode falar de pedágio quem não votou a favor da sua criação. Quando o Deputado Scarpellini reclama dos pedágios, eu até posso entender, porque o Deputado Scarpellini não estava aqui, se não me falha a memória, quando foi votado a criação do pedágio, nesta Casa.

Se o Governo Requião prometeu na campanha que acabaria ou abaixaria o pedágio, quem sabe durante a campanha, que todo mundo sabe que naquela intenção de mostrar o que cada um vai fazer e, às vezes, não consegue fazer com que aquilo se torne realidade. Até porque, os contratos feitos anteriormente não permitem ao governante o direito de quebrá-lo. Porque se ele quebrar um contrato a responsabilidade vai ser dele.

Durante o Governo passado esses contratos não eram públicos, esses contratos eram concedidos a sete chaves, e nem que os Deputados de Oposição pedissem, seus pedidos não eram considerados, eram derrubados.

Então, o Governo na verdade não sabia, alguns membros da sociedade, que tipo de contrato foi assinado com a Rodonorte, com as outras concessionárias.

Quando eu ouço aqui o Deputado Plauto, que já foi Líder do Governo anterior, subir à tribuna, hoje, e condenar o Governo por subir os pedágios no Paraná - vamos admitir que até o Governo requião tenha errado, durante a campanha como candidato, ele tenha assumido um compromisso que não podia cumprir. Digamos que até vamos entender isso, vamos compreender que ele tenha até errado. Mas, se o Governo errou, ou o Governador em campanha disse que acabaria com o pedágio e não conseguiu e, a cada instante luta na Justiça, briga e, não tem conseguido às vezes, aquilo que pretende. Mas, nesta Casa teve a votação e alguns Deputados, como o Depu-

tado Plauto faz, hoje, quando ele reclama, ele também é culpado, porque ele votou a favor quando se criou o pedágio no Paraná. Então, tem que ter mea culpa. Tem que ter mea culpa do candidato Requião, mas tem que ter a outra mea culpa de que autorizou a implantação dos pedágios. Os pedágios só funcionam, porque foram autorizados pelo Governo anterior, o Governo que criou os pedágios. É muito fácil fazer discurso hoje, se condenando o atual Governador. Mas por outro lado se lamenta que aquilo que foi aprovado aqui, hoje se vê pessoas fazendo discursos, dizendo que é só o Governo culpado. Não! Acho que o Governador Requião pode até ter exagerado na dose em campanha, mas não foi o criador dos pedágios; foram criados no Governo anterior.

**O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)**

Mas não foi pela Assembléia Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Teve uma lei aqui neste Casa; o Deputado Neivo me dizia que copiou uma lei de Brasília e que essa lei passou aqui.

**O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)**

É um projeto de lei de autoria do Deputado Neivo, autorizando as concessões no Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas quando se abriu concessão permitiu-se que o Governo fizesse os pedágios. Não é assim que o senhor entende?

**O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)**

Mas quem é que apresentou o projeto de concessões. O Deputado Neivo apresentou para ampliar aquele momento que o Brasil vivia. O Deputado Neivo não apresentou o projeto de pedágio, nem o Plauto, nem o Rossoni.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas quando abriu, criou oportunidade, porque já havia vontade de se criar os pedágio. Já diz concessão, quando há a criação, cria-se na sequência o pedágio. Não adianta querer trocar o a, pelo A maiúsculo, a idéia é aquela. Quando se aprovou essa lei na Assembléia, que foi copiada de Brasília, automaticamente se deu a oportunidade da criação do pedágio. Se não tivesse essa lei, não tinha o pedágio.

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)**

Veja que o Fernando Henrique fez as leis das concessões a nível nacional. O Governador Jaime Lerner foi a Brasília pedir as estradas federais para pedagiá-las. Então foi feito um contrato com o DER e o Governo do Estado do Paraná com as empreiteiras. A Assembléia Legislativa, em nenhum momento, participou da negociação de preço de pedágio, nem para mais, nem tão pouco



para menos. Não pertence ao Poder Legislativo nem tampouco teve acesso aos contratos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Porque não quis.

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)**

V. Exa. precisa saber que tem 732 concessões de empresas de ônibus no Estado do Paraná, que o Governo tem vencida. E veja o seguinte: a Assembleia Legislativa não tem acesso a planilha de custos de passagens de ônibus.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu queria que o senhor voltasse nessa lei que é de sua autoria para discutirmos um pouco mais.

V. Exa. fez ou não fez essa lei?!

(Vozes paralelas)

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)**

V. Exa. não vai querer arrumar uma garupa nas minhas costas! Não é por aí! O que vou dizer a V. Exa. é que a lei é federal com concessão federal. Foi reeditada pelo Estado do Paraná, em 88, eu participei.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Foi V. Exa. quem apresentou o projeto?.

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)**

Não! Em alguns capítulos o relator foi o Deputado Caíto Quintana, como autor das concessões editando a lei do Fernando Henrique. As concessões - é uma concessão para conceder um espaço no Porto de Paranaguá para construir um armazém para o açúcar e o álcool. A concessão para que o Estado conceda uma estrada. Uma concessão é ampla. Não tem nada a ver com pedágio. E o pedágio, além do mais, V. Exa. quer saber minha opinião? Acho que o pedágio a preço justo é uma coisa boa, é uma coisa que o Estado precisa. Porque nós estamos vivendo um Governo como foi o Governo Álvaro Dias, que investiu um bilhão e cem milhões de dólares em asfalto. Hoje, estamos administrando dívidas e pagando dívidas. E não temos dinheiro para recuperar nem tampouco para fazer estradas, porque simplesmente o Estado se transformou num Estado de corrupção.

Sinceramente, nós vivemos aqui - e V. Exa. sabe que eu posso afirmar isto -, só no Banestado nós estamos pagando 50 milhões por mês de prejuízo, até março de 2029. Meu filho tem doze anos. Quando ele tiver 36 é que será concluído este pagamento com tabela Selic. V. Exa. sabe o que é tabela Selic? É o juro alto, é a taxa mais alta que há neste país.

Então, Deputado Jocelito, acho que nós precisamos é colocar o dedo na ferida. Por exemplo, na questão do pedágio...

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Jocelito, seu tempo já está encerrado há um minuto e meio. Eu tomei a liberalidade de prosseguir um pouco, e dou a V. Exa. um minuto para concluir. Sinto não ser possível prorrogar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Sr. Presidente, concluindo: eu vou requisitar na Sessão de amanhã, uma cópia desse projeto que V. Exa. apresentou, para saber quem votou e quem não votou. Porque teve um projeto de concessões, que o senhor acabou de falar. É só isto. Não estou lhe acusando de absolutamente nada. Estou apenas dizendo que alguns Deputados que votaram a favor das concessões e permitiram a criação do pedágio, hoje querem responsabilizar o Governo atual por ter feito um discurso de campanha.

Era só isto o que eu queria deixar claro, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

No Horário destinado à Liderança do PFL, concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró, por dez minutos.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi com atenção o debate aonde o Parlamentar de Ponta Grossa, Deputado Jocelito Canto, ocupou a tribuna. A tribuna dos governistas, nesta Casa. E lá, tentou atacar parlamentares que teriam criado o pedágio no Estado do Paraná.

Só que o seu discurso acabou afundando nas palavras perdidas ao vento, porque esclareceram para ele o que foi que aconteceu. Na década de 90 a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná recebeu um projeto de lei apresentado pelo Deputado Neivo Beraldin, que autorizava as concessões dentro do nosso território, dentro do Estado do Paraná. Seguiu uma linha que o Presidente da República, que o Governo da época seguia, de fazer privatizações, de fazer concessões para várias áreas da economia, tirando muito peso do Estado. Peso este que fazia com que o Estado se inviabilizasse na execução de obras, em especial da infra-estrutura.

Em cima dessa lei que aqui foi apresentada, moldes de uma lei federal que já existia, nós vimos várias ações acontecerem pelo Governo anterior, como o processo de criação do Anel de Integração. Anel de Integração que pegou as principais rodovias do Estado do Paraná; rodovias que não tinham mais condições de uso, porque uma parte delas era de obrigação do Governo Federal fazer sua conservação. A outra parte era do Governo do Estado fazer a conservação. E o Governo não tinha dinheiro.

O que nós vimos? O Anel de Integração aconteceu, foi criado pelo Governo do Estado do Paraná e com isto nós vimos o pedagiamento, a concessão ser entregue para a iniciativa privada, para que pudesse ela, com seu dinheiro, arrumar as estradas que faziam parte do Anel de Integração. E a partir disso passaram a cobrar pedágio nessas rodovias. Isso aconteceu em todos os estados brasileiros, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em vários governos, Governo do PMDB, Governo do PT, Governo do PFL, Governo do PSDB. Isto foi uma forma de atrair o capital privado para que o dinheiro de empresários pudesse ser colocado em obras que o Estado não tinha condição de fazer. Tanto é que as rodovias do Anel de Integração são rodovias que estão em excelente estado de conservação; é só viajar por elas que você vê a diferença, quando se viaja numa rodovia concessionada e quando se entra numa rodovia que tem o Estado do Paraná a obrigação de fazer a sua conservação. É a diferença da água para o vinho.

Agora, a verdade é uma: está caro. Está caro o valor do pedágio, está alto e o Governador do Estado do Paraná, - e aqui ele recebe críticas da Oposição desta Casa, - prometeu na campanha eleitoral que iria abaixar ou iria acabar com o pedágio. Essa foi a frase, que na minha avaliação, ajudou-o a vencer as eleições no Estado do Paraná. Foi o chavão da campanha: Ou o pedágio baixa, ou o pedágio acaba. Todos os paranaenses acabaram entrando na conversa, só que o Governador venceu as eleições e não resolveu o problema.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Plauto, imagine V. Exa. se não tivessem pedagiados esses quatro mil quilômetros de rodovias. Se nós pegarmos as rodovias federais, que está aí uma briga, ninguém sabe se a rodovia é federal ou estadual, o dono dos buracos não tem ainda, imagine se não tivessem pedagiados os quatro mil quilômetros ao Anel de Integração; imagine como é que estaria o Estado do Paraná. Porque aonde há rodovias federais não tem mais rodovia. E a solução para esta questão foi a encontrada pelo próprio Governo Federal, que é o pedágio; não é do Governo anterior; é também, do Governo atual. Só que o Governo atual não tem competência para colocar isso em funcionamento, mas eles têm falado disso. Mas o que está em debate aqui não é questão do pedágio, há pessoas contra, há pessoas a favor. Eu quero dizer o seguinte: se formos à região de União da Vitória hoje e fizermos uma pesquisa se são favoráveis, eu até acredito que a pesquisa ganhe favorável ao pedágio, porque nós não temos mais por aonde ir ao porto porque não temos rodovia. Agora, o que está sendo discutido aqui, Deputado Plauto, não é pedágio, é a palavra.

O PFL, ontem, foi brilhante quando disse que papai nos ensinou que devemos falar e prometer só o que nós podemos cumprir. Então, o que está sendo discutido é

essa questão. Nós estamos contestando o atual Governador há muito tempo para que na próxima eleição haja um antídoto contra as promessas que certamente ele sabia que não ia cumprir, porque ele é advogado, e como advogado tinha que ter lido os contratos e sabia que a sua palavra não iria ser honrada, e agora não se encontra uma saída, daqui a pouco o culpado de tudo isso vai ser o Deputado Neivo Beraldin.

Então, é o seguinte: a questão do pedágio é uma questão de concepção, uma questão de mérito; a questão do compromisso, da palavra, é outra. E é isto que nós estamos questionando, e que estamos questionando há muito tempo, não adianta vir dizer: "Mas na campanha nós pensamos que iríamos fazer, mas agora não deu". Isto não é papo de quem tem responsabilidade com a palavra; por isso que a pessoa tem que ter muito cuidado quando fala, porque a palavra do homem público é cobrada, e por esta razão é que isto vai custar caro a quem prometeu e quem assumiu esse compromisso.

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

E é isso que nós estamos trazendo à tona, à discussão, o discurso eleitoral que foi fácil de fazer e a promessa assumida que não foi cumprida.

Que fique registrado aqui esse discurso.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Quero dizer a V. Exas. que o que há de moderno hoje no Brasil, é a parceira público-privada. Desde a época, e hoje também.

Como é que o Governo do Estado atual está fazendo as usinas hidrelétricas? Com quem que ele está fazendo? Pública e privada.

Agora, querer transformar uma frase de efeito eleitoral de vitória de um Governo para um discurso populista, sem conhecimento, sem conteúdo, sem visão macro do Estado, não dá para aceitar.

Não quero ser melhor do que ninguém, aceito discutir sobre a questão do Estado do Paraná, mas com quem entende um pouco do macro do Estado e do Brasil.

Não gosto muito desses populistas quem vêm e jogam as penas em cima, como costuma fazer em programas populares, e depois ficamos aqui nos batendo para poder nos livrar de certas palavras soltas que não levam a lugar nenhum.

Muito obrigado!

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

O atual Governo do Estado do Paraná vem se utilizando da lei que, lá na década de 90, foi aprovada pelo Assembleia Legislativa para conceder concessões públicas. Dou exemplo: Porto de Paranaguá, o armazém que foi dado de concessão para cooperativas. Hidrelétricas, as parcerias que estão acontecendo entre a nossa Copel. A Copel que é, junto com a parceria da iniciativa privada, uma das empresas que vai se buscar concessões junto ao

Governo Federal, e que concede concessões aqui no Estado do Paraná.

Temos as concessões de ônibus que estão vencidas há bastante tempo. Governo nenhum toma atitude para poder solucionar esse problema. O Governador está há três anos com concessões vencidas e não vimos reação nenhuma.

O pedágio da Lapa que foi entregue e quem acabou autorizando e sendo um fiel avalista foi o Governador Roberto Requião.

Vamos falar sério nesta Casa!

Estamos, sim, cobrando aqui a promessa de campanha: “Ou o pedágio abaixa ou acaba”, mas infelizmente, agora no final do mês, ele vai subir de novo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

No Horário do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna a pedido do professor Lemos, da APP, para buscar e fazer aquilo que esta Casa sempre fez, que é o processo de mediação para que não tenhamos a demissão de mais de dez mil trabalhadores na área da educação. Contratados pelo PSS poderão ter seus contratos rescindidos já no final deste ano, ainda que haja, no ano que vem, a necessidade, talvez, de recontratar esses mesmos profissionais.

O apelo da APP é no sentido que encontremos, como sempre foi feito, um mecanismo a ser utilizado, Deputado André Vargas, por esta Casa e faço aqui um apelo à Deputado Elza Correia, Presidente da Comissão de Educação, para que esse mecanismo possa ser utilizado e nós não tenhamos professores inclusive que já foram concursados e aprovados, esperando para serem nomeados agora no próximo ano, que sejam demitidos. Porque se forem recontratados ainda pelo PSS, serão recontratados por valores menores e serão recontratados num situação bastante difícil de trabalhar.

Por isso, Deputado Zucchinho, o senhor que acompanha esse processo, acredito que esta Casa pode e deve fazer um esforço para que nós, obviamente respeitando a legalidade, entendendo também que o governo tem as suas razões, mas que possamos argumentar junto ao Secretário da Educação que esse talvez não seja o melhor método, o melhor caminho.

Nós fazemos, Deputado Dobrandino, essas emissões neste momento sem termos o quadro exato de quantos profissionais vão ser necessários a partir de fevereiro. Pode, não estou dizendo que vai, mas pode criar, na área da administração pública, da educação, um constrangimento desnecessário.

No dia 07 de dezembro todos os profissionais da área da educação estarão fazendo uma manifestação em frente à Secretaria. Obviamente que nós, por diversas vezes, fizemos a intermediação junto à Secretaria, obtivemos muitas condições para que não ocorresse esse tipo de confronto que me parece ser desnecessário para todos.

Faço um apelo ao Líder do Governo, para as demais lideranças, para a Deputada Elza Correia, Presidente da Comissão de Educação, para que possamos viabilizar uma maneira de não termos, no término deste ano, dez mil profissionais da educação exonerados, sendo que muitos desses deverão ser recontratados. Deverão ser recontratados esses ou outros, mas neste número, a partir de fevereiro.

Outro apelo que quero fazer, diz respeito a uma carta que está sendo entregue aos Srs. Deputados assim como esta da APP e do Sindiseab que é o Sindicato Estadual que congrega os servidores da agricultura do meio ambiente, da Fundepar e outros servidores; alguns servidores estão remetendo uma carta, Deputado Dobrandino, a todos os Deputados desta Casa. Uma carta que apela para que o Quadro Próprio do Poder Executivo tenha o tratamento da forma como tem o da Polícia Militar, da Polícia Civil, professores universitários, professores da rede pública de forma geral, os trabalhadores da educação; o Ministério Público, por sua iniciativa, também fez. Assim como vai fazer o Judiciário. Que nós possamos rever as tabelas de vencimentos desses servidores que estão há doze anos sem reajuste. Obviamente que não é deste Governo. Mas, também não podemos ignorar que mesmo neste Governo, esses servidores tiveram, até o presente momento, zero de reajuste. E nós sabemos que a inflação, ainda que em níveis mais baixos, corrói diariamente o salário de todos os trabalhadores.

Então, quero entender que o Líder do Governo, que tem se empenhado para abrimos esse canal de comunicação, possa novamente fazê-lo e possamos dar uma resposta aos trabalhadores que são ligados ao Sindiseab, no sentido de termos uma mensagem do Governo buscando fazer com que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Quadro Próprio do Poder Executivo possa ser remetido para esta Casa, e que seja, Deputado Rossoni, abrangente a todos os servidores. E talvez justamente por isso, e até por essa atomização desses servidores, tenha sido até o presente momento o que menos tem aparecido. Ou que menos tem condições de fazer uma pressão maior, como fazem outros servidores, legítima, uma pressão maior sobre o Governo legítimo, e sobre esta Casa que mais uma vez também imputo como sendo uma pressão legítima.

Nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria de fazer hoje, no horário do PT, esses dois apelos: que não sejamos - os trabalhadores da área da educação - exonerados, da forma como está se propondo, porque acredito que a sua contratação será inevitável, como em todos os anos é feito, a partir de fevereiro e que tenhamos o mais rapida-

mente possível, uma resposta aos trabalhadores do Quadro Próprio do Poder Executivo.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

O Deputado Tadeu Veneri usou o horário do PT.

Horário da Liderança do PSDB.

(**Declina**)

Horário da Liderança do PMDB. Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

### ***Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiras e companheiros.

Faria um outro pronunciamento, hoje, com relação à questão das vilas rurais, mas farei em um outro momento, porque hoje vou me ater ao programa do PFL, de ontem à noite.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas: estou estarrecida com o programa veiculado ontem à noite, pelo PFL, em rede estadual de televisão. É uma farsa montada sobre inúmeras mentiras, que tentam manipular os paranaenses, com uma série de insinuações e sandices contra o Governo do Paraná e contra o nosso principal líder, o Governador Roberto requião. O programa é de uma vilania sem precedentes.

Gostaria de dizer que todo o programa do PFL baseou-se em informações mentirosas, fraudadas, e que agora são devidamente repelidas pelo PMDB.

A tentativa de enganar foi tão evidente, que o PFL escondeu, nos vinte minutos do seu programa, todos os personagens centrais no período de oito anos em que governou o Paraná. Por exemplo, fizeram desaparecer da fotografia o ex-Governador Jaime Lerner que os liderou, e os seus auxiliares mais próximos, personagens, inclusive, de “rocambolescas” fugas da polícia em porta-malas de carro, para não serem presos.

Em trucagem, usando manchetes de jornais, fotos e fatos velhos e requentados, o PFL faz acusações infundadas e tenta comprometer o maior programa social do Paraná, “Leite das Crianças”, que distribui mais de 170 mil litros de leite por dia. Não contente com o sucesso do programa, o PFL tenta manipular as manchetes dos jornais, em suma, o PFL tenta desqualificar o leite das crianças do Paraná, programa este aplaudido por todo o Estado e no país, principalmente por seus usuários. Aliás, senhoras e senhores, essa questão sobre o programa do leite foi apresentada neste mesmo plenário e devidamente esclarecida pelo Secretário da Agricultura, o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti.

Em outra situação, o PFL tenta comprometer a luta do Governador Roberto Requião pela redução dos preços do pedágio. Esta é uma luta árdua. Vencemos no Paraná e perdemos nas instâncias superiores, mas essa luta não

acabou. Entretanto, o PFL esquece ou se finge de morto, mas quem deixou essa desgraçada herança do pedágio aos paranaenses foi justamente o Governo do PFL. São pefelistas os autores da lei que criou o pedágio no nosso Estado - o PFL é o pai e a mãe do pedágio, que renega agora a maternidade.

Toda a sociedade paranaense é testemunha da luta colossal do Governador Requião, que tenta travar, para baixar o pedágio. O Governador não pode descumprir decisão judicial, mas, uma prova concreta do sucesso dessa luta, é que em São Paulo o pedágio subiu três vezes, em valores muito superiores aos daqui, concedidos pela Justiça do Paraná.

O Governador Jaime Lerner, sim, deu o calote político, quando baixou 50% o pedágio, às vésperas da eleição, para em seguida aumentar de forma assustadora.

Outro dado mentiroso é sobre o Programa de Conservação de Estradas Estaduais - o programa do PFL, meus senhores e senhoras, mostrou apenas estradas cuja manutenção cabe ao Governo Federal. O nosso Governo, o Governo de Roberto Requião tem o maior programa de recuperação de estradas paranaenses, justamente aquelas abandonadas pelos oito anos de Governo do PFL.

Estamos investindo mais de um bilhão e recuperando mais de quatro mil quilômetros de estradas no Paraná. Isso o programa não mostrou, isso o programa não disse. Esconder dados é uma prática comum do PFL e não neste Governo democrático e transparente, que é o Governo Roberto requião.

No caso do Porto de Paranaguá a manipulação de dados foi ainda pior. Foi justamente no Governo PFL que se registraram os maiores desmandos. Diversos casos de fraude e exportação de soja foram verificados, onde adicionavam areia e pedra no lugar de soja, comprometendo o futuro das exportações paranaenses. A sujeira e descaso no porto são frutos da incompetência do Governo pefelista e não do Governo peemedebista, que na atual administração elevou a capacidade de exportação, qualidade e competitividade a nível jamais visto em toda a nossa história.

A sociedade paranaense não deve acreditar em uma palavra daquele programa. O PFL não teve nem mesmo a coragem e a honestidade de citar uma única vez o nome do ex-Governador Jaime Lerner, o pefelista que quebrou o Banestado, que instituiu o pedágio, que privilegiou montadoras estrangeiras, que entregou a segurança pública ao crime organizado, tentou privatizar a Sanepar e a Copel, entre outras mazelas do Governo elitista e anti-popular.

O PFL tenta imputar Requião como um Governador que só sabe brigar. Na verdade, o que o PFL quer dizer é que prefere um Governo irresponsável, bonzinho, a um Governador honrado, capaz de enfrentar grupos econômicos poderosos, o crime organizado e os corruptos de toda espécie.

Incomoda ao PFL o fato de o Governador Roberto Requião ser incontestavelmente o melhor Governador

deste país e que este Estado já teve. Prova disso é a política inteligente e até mesmo surpreendente que implementou em todo nosso Estado: redução de impostos para pequenos e médios empresários e comerciantes; luz, leite e água gratuita para os menos favorecidos; moralização do Porto de Paranaguá; proibição dos transgênicos; plano de carreira para os professores e outras categorias; medidas efetivas da segurança pública.

Entretanto, essas medidas fazem, senhoras e senhores, do Paraná, um referencial não apenas para os demais estados mas para a União, para todo o país. O Governo Lerner, o Governo PFL foi um vendaval de desacertos e de corrupção que se abateu sobre o nosso Estado. Para derrubar na Justiça a maracutaia do passado, tem sido uma luta difícil e desgastante. Porém, Requião não recua e segue em frente, defendendo os interesses do nosso povo.

É esse Governador corajoso, transparente e determinado que tenho certeza que o povo do Paraná vai reeleger por mais quatro anos e não o PFL, um Partido comprometido com mazelas sociais no Brasil e no Paraná, que não é capaz de apresentar e apontar nem no seu próprio programa o seu candidato que vai conseguir interromper o ciclo de mudanças que Requião retomou em 2003.

É preciso que se diga que é lamentável que nos dias em que vivemos, quando toda a sociedade luta por um mínimo de ética nas relações políticas, um Partido apele aos métodos mais reprováveis para tentar reescrever a história e enganar a opinião pública. O PMDB se orgulha de ter derrotado essa proposta política atrasada e antipopular nas urnas e está realizando, com o Governador Roberto Requião, a mais séria e avançada administração pública que se vê hoje no país, apesar da terrível herança recebida do Governo anterior, como comprovam todas as sondagens de opinião pública.

Gostaria, para finalizar, dizer que nunca se viu tanta obra e respeito ao cidadão do Paraná como estamos vendo agora. Os empregos com carteira assinada batem recorde. Para citar apenas um dado, nos oito anos do Governo do PFL foram criados apenas 139 mil, 182 empregos com carteira assinada. No Governo Requião, em dois anos e dez meses, foram gerados mais de 280 mil empregos formais. É preciso dizer mais alguma coisa sobre um ou outro governo?

Entendo, é o desespero dos derrotados e de todos aqueles que tiveram os seus interesses contrariados. Mas, a mentira, a manipulação, a absoluta falta de ética e respeito, jamais serão admitidos, combateremos de forma dura e sempre que necessário.

Temos orgulho do Governo que estamos fazendo! Gostaria de dizer que temos absoluto orgulho do Governo que estamos fazendo, o Governo dos compromissos cumpridos, da transparência, da seriedade, da solidariedade, da justiça social, da inclusão social. E percebemos, diuturnamente, o quanto isso incomoda àqueles que não foram capazes de fazer a mesma coisa por este Estado.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, faço uma consulta a V. Exa.: conversei com o Deputado Dobrandino, Líder do Governo; estão presentes algumas entidades de servidores públicos do Estado do Paraná: é possível a inclusão na pauta, ainda desta semana, do veto a respeito da liberação de dirigentes sindicais?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu não tenho dificuldade nenhuma em colocar esse veto amanhã na pauta, transmiti isso agora ao Presidente da APP, inclusive, que me questionou, perguntou e eu disse; olha, eu não tenho dificuldade nenhuma, posso incluir amanhã, segunda ou terça.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, gostaria de solicitar, com a compreensão do Deputado Tadeu, que fosse na segunda-feira. Amanhã é o dia da visita do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Justamente por isso que eu não coloquei na pauta do dia de amanhã, pela visita do Presidente da República, o Lula, vou colocar na segunda-feira. Eu determino à assessoria da Presidência que inclua na pauta de segunda-feira.

O SR. NEIVO BERALDIN (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, ontem eu conversava com V. Exa. e o senhor, preliminarmente, concordou em colocar na pauta o exercício financeiro de 2003/2004 das contas do Governo. E gostaria de saber se é possível colocar isso na semana que vem, já que V. Exa. demonstrou essa possibilidade no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicitei à assessoria aqui da Presidência que fizesse uma fotocópia e entregasse a V. Exa. E eu pretendo incluir na pauta antes de encerrarmos este ano legislativo.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Meus parabéns!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente as palavras da ilustre Deputada Elza Correia, minha vizinha de gabinete, quando fez refe-

rência ao programa do PFL que foi ao ar ontem à noite. Primeiro, eu quero cumprimentar a Deputada, acho que o programa produziu os seus efeitos. Se não tivesse produzido os seus efeitos, V. Exa. não teria usado a tribuna para rebater aquilo que nós falamos no dia de ontem. Aliás, quem escreveu o discurso, escreveu muito bem, não sei se foi a Deputada que escreveu, espero que, se foi, só esteja acreditando naquilo que a senhora escreveu e naquilo que a senhora leu.

Dizer aos Srs. Parlamentares que cada Partido tem, anualmente, o seu tempo disponível em dois semestres, os vinte minutos para mostrar aquilo que o Partido faz, aquilo que ele fez ou que deixou de fazer e mostrar à sociedade aquilo que os governantes não fazem.

Deputada Elza Correia: se o programa foi mentiroso as imagens do Roberto Requião, quando candidato e que participou de um debate com o Senador Álvaro Dias, então, essa imagem e a fala são mentirosas!

Se o programa é mentiroso, quem mentiu não foi o PFL, quem mentiu foi o Governador, quando candidato, quando prometeu que ia acabar com o pedágio. Ora, não foi o PFL quem disse isso, foi o candidato do PMDB, de 2002, quando fez os debates.

Aliás, o mesmo candidato de 2002 e hoje Governador, Deputada Elza Correia, foi ele que estava abraçado com o Lula, não foi o Jaime Lerner. Quem pediu: pelo amor de Deus, ajudem o Lula para ser Presidente do Brasil, não foi o PFL, não foi o Jaime Lerner, que pediu isso foi Roberto Requião, Senador, e hoje Governador! Quem se grudou na onda vermelha e na onda de 13 em 2002, não foi o PFL, foi Roberto Requião! E diga-se de passagem, Deputada Elza Correia, que o seu Partido, o PMDB, em 2002, teve o candidato a Presidente da República, José Serra, do PSDB, e a vice era a Rita Camata, candidata a Vice-Presidente da República. Roberto Requião, candidato a Governador, pelo PMDB, não apoiou o seu Partido; ele apoiou o Lula e isso tem que ser dito e isso nós nem falamos no programa do PFL!

Agora qual é a imagem, o que é que o Governador do Paraná hoje, o Roberto Requião diz em relação ao Lula? Ela já não considera mais um amigo do peito, ou será que nós, do PFL, quando administramos temos que aceitar tudo? A Oposição quando é salutar, quando é responsável, fiscalizadora, isso é ótimo, isso faz bem ao administrador. Aliás, até o próprio Governador Roberto Requião disse desta tribuna quando enalteceu a Oposição, parabenizou e cumprimentou a Oposição pela oposição que faz ao seu Governo porque ela seria fiscalizadora.

Agora será que nós podemos mostrar para o Paraná aquilo que o candidato ao governo assumiu para ganhar o voto, Deputada Elza Correia? Será que nós não podemos mostrar isso? Será que todos têm que continuar acreditando naquela conversa que se teve, no período eleitoral e agora não?

Dizer que o programa do PFL foi de acusações infundadas! Deputada Elza Correia, dizer que o programa

do PFL foi mentiroso, foi maldoso... será que a reportagem da Gazeta do Povo, a revista Exame, a Folha de São Paulo, o Jornal do Estado, entre tantos outros jornais do Estado do Paraná, são mentirosos? A senhora não está chamando o PFL de mentiroso, e sim a imprensa do Paraná! Porque nós pegamos e mostramos para o Paraná, na noite de ontem, aquilo que aconteceu e está acontecendo no Estado. E não foram palavras nossas, Deputada Elza Correia, mostramos aquilo que saiu na imprensa. Ou será que isso não pode ser mostrado?

Deputada Elza Correia, com todo o respeito que devoto a V. Exa., será que nós não podemos mostrar aos paranaenses, ao Brasil, a evolução que houve na industrialização do Estado do Paraná?

E nós nem falamos, Deputada Elza, Srs. Deputados, aquelas palavras e o pronunciamento feito pelo então Senador da República, Roberto Requião, quando ele disse à imprensa que os protocolos das montadoras eram uma caixa preta e tinham que ser mostrados para o Paraná. Ora, o Governador está há quase três anos no mandato, por que ele não mostra para o Paraná agora os protocolos de intenções? Ele é o Governador! Mas, sabe o Governador muito bem o que representam as montadoras, as indústrias que se estabeleceram no Estado do Paraná; a evolução que houve do crescimento do ICMS. Aliás, quando nós fazíamos, e o PFL quando administrou sabe administrar, sim. Deixamos para o atual Governador 1 bilhão de reais na poupança do ICMS. E os senhores sabem muito bem o que é a poupança do ICMS. São as empresas que se estabeleceram no Paraná no período do PFL e que o ICMS que eles vão recolher posteriormente, dá 1 bilhão de reais nesses quatro anos do Governador Roberto Requião. Este é o ICMS que o Estado do Paraná vai receber no período do Governo Requião. ICMS que era para ser recolhido lá no tempo do PFL e não foi, mas se recolhe agora.

Será que isso não dá para mostrar? A industrialização que houve na agroindústria. Nem falamos nisso; só no Oeste do Paraná mata-se hoje um milhão e trezentos mil frangos por dia. E por que houve esse incremento, essa industrialização? Porque alguém ofereceu e deu condições. E quem deu essa condição foi o PFL, quando estava no poder. Nós não expulsamos nenhuma indústria, pelo contrário, trouxemos indústrias para o Estado. Por mais adversário que o PFL seja do PT, do Lula, se tem uma coisa boa que o Lula fez, foi não cumprir aquilo que ele falou na campanha: "fora capital estrangeiro, fora Alca". Ele abriu também as portas do Brasil para que as empresas de outros países pudessem se estabelecer. Essa foi a grande surpresa do Lula para o Brasil e para o setor produtivo. Agora, quem mente é o PFL ou é o atual Governo quando ele disse no começo do ano que nunca se gastou tanto em educação, 35%? Estava nos outdoors em Curitiba, em outros lugares, na imprensa toda.

Quando veio o Secretário aqui, expor o quadrimestre, ele disse que gastaram 25%. E quando a APP Sindicato - e está aqui o seu Presidente - questionou também o

próprio Secretário quando disse o quanto se gastou com ensino básico, chegou a 20%. Deputada Elza Correia, não foi o PFL que mentiu, não. Quem mentiu foi esse Governo que disse que gastou 35% com educação e gastou 20% com ensino básico.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Reni Pereira.

**O Sr. Reni Pereira (PSB)**

Percebo a sua preocupação com os índices e principalmente com a arrecadação do Estado. E aproveito que V. Exa. está na tribuna, V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Um minuto para V. Exa. concluir.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Vou encerrar meu discurso. Peço desculpas ao Deputado Reni Pereira, sei o que V. Exa, quis dizer, mas depois V. Exa. poderá fazer as suas colocações. Mas, diria que querer culpar agora, quando a Deputada Elza fez referência ao programa do PFL, que os figurões não apareceram! O PFL não é Partido dos figurões, o PFL não tem aquela pecha que muitos querem incutir, que é um partido de elite. Pelo contrário, nós preferimos mostrar à sociedade do Paraná aquilo que efetivamente está acontecendo. Nenhum político falou. E V. Exa. sabe muito bem, Deputada Elza Correia, que o ex-Governador Jaime Lerner não está mais no PFL, ele está no PSB e o seu domicílio eleitoral...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Liderança do Governo, Sr. Deputado Dobrandino da Silva.

***Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)***

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento dos Deputados da Oposição e mais especialmente, do Deputado Plauto Miró Guimarães. Eu não o estou visualizando aqui no plenário. Gostaria que estivesse aqui para ouvir o nosso pronunciamento.

Eu assisti, ontem, ao programa do horário político e não sabia qual o Partido que estava expulso do Programa. Eu pensei: "será que é igual a avestruz, que esconde a cabeça?" Portanto, eu quero atribuir o programa de ontem a uma postura de avestruz.

Na verdade, ouvi atentamente as palavras do Deputado Elio Rusch. Cada Partido tem o livre direito e arbítrio de expressar o seu pensamento. O ano que vem é um ano de eleição; não ignoro, de forma nenhuma, essa postura, essa ação, esse ato dos partidos. Quero deixar claro aqui e deixar no ar. Será que o PFL é um Partido credenciado para falar de algum tipo de desmando, por

exemplo? Será que o PFL pode contra atacar o problema do pedágio, que hoje inferniza a vida de muita gente no Paraná? Eu só quero perguntar. Nesta Casa, todo mundo sabe. Quem instituiu o pedágio no Paraná? Não foi o PMDB. E diz agora do Governador Requião, que prometeu que o pedágio abaixava ou acabava na época da eleição e eu pergunto, Deputado Elio Rusch, meu amigo de Assembléia a quem eu tenho um respeito enorme. Será que nós esquecemos que na campanha do Sr. Jaime Lerner para o seu segundo mandato, quando ele abaixou o pedágio em 50% para ganhar a eleição e depois, no outro dia, subiu de novo, aquilo foi um calote eleitoral do Sr. Jaime Lerner, ou não foi? Será que o povo é bobo, neste Paraná, que está ouvindo isso? Eu estou vendo agora, Deputado Elio Rusch, a APP Sindicato brigando por melhores salários. Ainda há pouco, falavam dos coronéis da Polícia Militar. Eles estão certos e o Governo precisa, quer e, com certeza vai atendê-los. Por que não atendeu ainda, Deputado Plauto Miró Guimarães? Porque o PFL deixou, infernizou o Governo em cinquenta milhões por mês, que paga o Governo Requião da dívida maldita do PFL! Do PFL!

**O Sr. Elio Rusch (PFL)**

Se V. Exa. permitir, eu respondo.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Deputados, professores, se não fosse essa herança maldita, com certeza não precisariam vir pedir aumento. Esse Governo nosso é sério, é honesto e é responsável. Estaria atendendo. Eu não queria falar mais nisso mas vou falar de quatro questões, de quatro atos do PFL que inviabiliza muitas vezes, as obras deste Governo; Jogos Mundiais da Natureza: oitenta milhões no lixo, no ralo, dinheiro público, sem falar na venda da Copel, da Sanepar, do Banestado. Eu nem tenho levantado essas questões e isso a Justiça deverá tomar as medidas necessárias para isso e espero que o façam. Eu entreguei, na Procuradoria do Ministério Público, até na CPI dos Jogos Mundiais da Natureza e espero que eles se pronunciem, mas eu não posso ver, como o Programa de ontem, atribuir como se esse fosse um Governo sem dono. Isso não é verdade!

Realmente o nosso Governo vem governando exemplarmente e, só não faz mais, pela herança que recebeu do Governo passado. Então, imagino na verdade, que V. Exa, que tem razão, esta preocupado, o ano que vem tem eleições e hoje as pesquisas mostram a verdade, como está esse Governo. Nas verdade, se fosse como V. Exa. disse ou tacha o nosso Governador muitas vezes aqui, eu fico só imaginando: ora, foi Prefeito de Curitiba, foi Senador, está no segundo mandato de Governador. Só V. Exa. que pensa assim. Mas o povo pensa diferente e vai pensar diferente também no próximo ano, vai com certeza considerar o grande trabalho de um governo, que administra a causa pública. Esse é o nosso Governador Requião.

Ele nem me pediu para falar, mas não posso, como companheiro dele que sou, tenho que manifestar aquilo que acho, que está errado.

Quero deixar claro, que a posição de V. Exa. aqui na Casa está errada. Vocês são Oposição, têm que se manifestar dessa forma, nos programas de partido. Mas, cabe a nós darmos a resposta àquilo que acharmos injusto. Porque o programa de leite é diferente do Governo passado que o tirou das crianças. Porque quando desvia dinheiro público, está tirando o leite das crianças. Então, não é caso do nosso Governo.

Mas, queria dizer aos nossos Deputados com todo o respeito que tenho, e que nos é devido e, não poderia ser diferente. Política é assim mesmo, mas quando se tem que dar uma resposta, não posso ser injusto, não apenas com o meu Governador, mas com a minha consciência, que é a coisa mais bonita que tem na história do ser humano, é quando ele expressa aquilo que está na consciência. Agora o que eu não posso aceitar é ter que ouvir daquele que não é o mais indicado a falar aquilo que quer.

Desta forma, nobre Deputado Rossoni, queria dizer a V. Exa. que eu já fui Oposição também, quando vereador, mesmo quando Deputado, mas eu não posso deixar de me manifestar quando extrapolam a verdade.

Não tenho nada pessoal. No último programa do Governo, eu falei para o Requião: vamos mostrar o que estamos fazendo, nada de atacar ninguém.

O Senador Osmar Dias, Senador respeitadíssimo, meu amigo pessoal e que tenho uma admiração enorme, acho que está correto, não tem nada demais usar um programa da Rádio Educativa do Governo, é um televisão pública, só que daqui a pouco já faz disso um carnaval, como se fosse algum tipo de afronta. Não tem nada disso.

Eu tenho dito sempre aqui no comitê de imprensa: eu já imaginava e imagino, o que vai acontecer daqui para frente, até as eleições. Eu sempre disse que na medida que se aproximam as eleições, os ânimos se acirram aqui na Casa. Isso é aqui, é no Brasil inteiro, é no Congresso Nacional. Isso faz parte do estado de direito do regime democrático e cabe a nós por exemplo, quando não concordamos, de nos pronunciarmos e dar a nossa versão. Quero dizer a V. Exa. que não quero tolher ninguém. Acho que V. Exa. tem o papel de Oposição. Nós já fizemos Oposição. Mas dizer a V. Exa: quando achar que está extrapolando, eu me acho no direito de dar a minha versão aqui na tribuna da Assembléia.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Uma pergunta que gostaria de fazer a V. Exa.: o que o senhor pensa do Governador Jaime Lerner?

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Vou responder. Votei uma vez nele e me arrependi aos cabelos, porque o seu segundo Governo foi na verdade um mar de lamas.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Gostaria de dizer ao Deputado Dobrandino que amanhã eu farei uso do horário do meu Partido para conversarmos um pouquinho sobre Jaime Lerner. Acho que se dói a consciência sua não defender o Requião, dói a consciência quando V. Exa. fala de Jaime Lerner. Vou citar alguns fatos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Estamos recebendo a visita do Embaixador Extraordinário da República de Cuba, Dr. Pedro Juan Nunes Mosquera. Satisfação em recebê-lo! E por solicitação da Bancada do PT, vamos conceder dez minutos improrrogáveis ao referido embaixador.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)**

Gostaria de deixar aqui o meu repúdio e vou me retirar do plenário porque não concordo com o regime totalitário, antidemocrático que condenou à morte aqueles que pensam de forma contrária a esse regime; persegue refugiados e não merece o respeito deste Deputado, já que esta é uma Casa democrática e ali é a antidemocracia de um ditador que comanda a Ilha de Cuba.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Casa é uma Casa democrática e aceita as considerações de V. Exa., apesar de não concordar, porque temos realmente que dar espaço, não podemos seguir o exemplo de outros países. Concedemos a palavra ao Embaixador de Cuba, Pedro Nuñez Mosquera. Satisfação em recebê-lo.

### ***Sr. Pedro Nuñez Mosquera - Embaixador Extraordinário da República de Cuba***

**O SR. PEDRO NUNES MOSQUERA**

Boa tarde! Agradeço a esta Casa, Casa do povo do Paraná, pela oportunidade de fazer esta visita de cortesia. Se for possível que o Sr. Deputado que falou entrar, gostaria de falar com ele.

Cheguei hoje ao Paraná para participar do lançamento de um filme sobre Cuba, na ocasião do cinema latino-americano. É uma enorme honra visitar essa augusta Casa e trazer a saudação do povo de Cuba para o povo do Paraná. Estive com o Governador hoje pela manhã, almoçamos juntos e falamos sobre as possibilidade de cooperação entre os governos de Cuba e Paraná na esfera de saúde e educação. O intercâmbio comercial entre Cuba e Brasil tem um desenvolvimento, tem um montante de cem milhões de dólares no ano de 2003, para aproximadamente trezentos milhões de dólares este ano. Este ano, o principal evento cultural de Cuba, a Feira Internacional do Livro de Havana, foi dedicado ao Brasil. Recebemos, em Cuba, a visita de mais de cem casas editoras brasileiras, que levaram mais de quinhentos títulos e



recebemos a visita de mais de cinquenta personalidades da cultura brasileira em Cuba.

Temos recebido um número importante de visitantes brasileiros. Quase cem mil brasileiros têm visitado Cuba neste ano. Temos um forte compromisso, uma cooperação entre o povo brasileiro e o povo de Cuba. Estamos cooperando com o Brasil, na esfera da alfabetização. Temos começado no Estado do Piauí, um plano piloto de alfabetização de adultos, com um método cubano, por televisão. E hoje foi-nos informado que existe interesse no Paraná em implementar este método cubano. Será um prazer.

Temos um número de treinadores esportivos trabalhando no Brasil; temos mais de oitocentos jovens estudantes brasileiros estudando medicina, como bolsistas, em Cuba. E agora, dois grandes programas: um programa para formar, nos próximos dez anos, duzentos mil médicos na América Latina e Caribe. E para fazer cirurgia da visão, há seis milhões de latino-americanos.

Este ano, a economia cubana cresce 9% e temos muitos amigos bons. Como os amigos que temos aqui no Brasil, o povo brasileiro, que é um povo maravilhoso, um povo que conhece seu dilema. O dilema de Cuba é independência ou anexação aos Estados Unidos. É importante que isto seja conhecido. Hoje, na América Latina, vinte milhões de crianças estão dormindo nas ruas. Nenhuma delas é cubana. Este ano, oitocentas mil crianças da América Latina estão morrendo de enfermidades curáveis. Nenhuma delas é cubana. Neste momento, milhões de crianças na América Latina pedem esmolas para poder jantar. Nenhuma delas é cubana. Hoje, milhões de latino-americanos não podem expressar livremente sua opinião, porque não sabem ler nem escrever. Nenhum deles é cubano.

É esta mensagem que quero trazer para esta augusta Assembléia. Saúdo e recebo o abraço de vocês, representantes do povo brasileiro. Muito obrigado!

**(Discurso proferido em espanhol)**

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos a visita do ilustre embaixador, que nos honra com sua presença nesta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Apenas para agradecer à presença do embaixador, em nome do Partido dos Trabalhadores, e reconhecer que temos uma parceria na formação de acadêmicos em Medicina, muitos deles se formando agora, inclusive. Temos inúmeros paranaenses lá em Cuba, num intercâmbio importante, sendo muito bem tratados pelo governo cubano. Se há dificuldades, diferenças culturais, temos que valorizar aquilo que há de positivo em Cuba.

Seja muito bem vindo, Embaixador.

Esteja sempre conosco.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 72/2005, subscrito pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, comunicando ao Sr. Presidente Hermas Brandão do fato ocorrido no dia 23.11, na cidade de Apucarana, quando foi vítima de constrangimento por parte de um promotor local, Dr. André Delgrossi Assumpção que, em visível gesto de truculência e abuso de autoridade, dando voz de prisão, atingiu a imunidade parlamentar deste Deputado. **Recebido. Protocole-se. Encaminhe-se à Presidência, para providências.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3778, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se das sessões plenárias nos dias 05, 06 e 07 de dezembro, para tratar de assuntos referentes à Reforma Tributária e da Lei Geral das Microempresas, na cidade de Brasília-DF. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3786, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se em viagem a Porto Alegre, nos dias 01 e 02 de dezembro, a fim de tratar de assuntos relacionados a aposentados e pensionistas do INSS na esfera judicial junto ao Tribunal Regional Federal-TRF. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### Redação Final

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 135/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, dispondo sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para professoras e professores da rede pública estadual de educação e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 019/2005, de 30.03.2005, em Projetos de Lei, pág. 16).

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 303/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a utilização de publicidade por empresas privadas que efetuam a reforma e/ou a restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou espaços situados em próprios do Estado e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 303/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Toda e qualquer empresa privada poderá colaborar com o Governo do Estado na reforma e restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou situadas em prédios públicos, no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para ter direito de fazer a publicidade da marca, serviços ou produtos, a empresa que se dispuser a colaborar com a Administração Pública deve passar por procedimento licitatório, que abrirá oportunidade para outras empresas exporem sua marca em troca do serviço de reforma ou restauração prestados, garantindo igualdade de condições a todos os concorrentes.

Art. 2º A essas empresas fica facultado o direito de fazer publicidade de suas atividades industriais e/ou mercantis ou de prestação de serviço, no âmbito do seu objeto social ou institucional, sendo vedada a divulgação ou propaganda que fira os símbolos pátrios, ou o patrimônio público, através da modificação ou ocultação da fachada do bem público, obra pública ou espaço situado em próprio público reformado ou restaurado.

Art. 3º A inobservância ao disposto na presente lei ensejará ao infrator as seguintes penalidades:

I - na primeira infração constatada: advertência para que efetue a remoção do anúncio;

II - na reincidência: remoção imediata do anúncio e a aplicação de multa semanal correspondente a 10% (dez por cento) do valor da reforma ou da restauração do próprio público.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 378/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, criando no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Combate aos Crimes Cometidos pela Rede Mundial de Computadores, conforme especifica e adota outras providências. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 060/2005, de 14.06.2005, em Projetos de Lei, pág. 03).

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 494/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/2005, que autoriza o Poder Executivo, a doar à Companhia de Habitação do Paraná-Cohapar, lotes de terras, situados nesta Capital, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 494/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, os lotes de terras designados pelas letras "G", "E" e "C", com áreas respectivas de 2.415,10m ; 2.372,50m e 8.181,97m , situadas no bairro do Atuba, nesta Capital, objeto de parte da transcrição nº 5.136 do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, com as seguintes descrições:

Lote "G" - com área de 2.415,10m ,fazendo frente para a avenida Monteiro Tourinho onde mede 35,50m, por 64,50m do lado direito de quem daquela avenida olha o terreno, confrontando com a Rua (E 247 II) por 68,00m do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua (E 247 I), por 29,00m na linha dos fundos onde confronta com a rua Modesto Piccoli;

Lote "E" - com área de 2.372,50m ,fazendo frente para avenida Monteiro Tourinho onde mede 25,00m por 68,00m do lado direito de quem daquela avenida olha o

terreno, confrontando com a Rua (E 247 I) por 74,00m do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua (E 247 J), por 32,50m na linha dos fundos onde confronta com a Rua Modesto Piccoli;

Lote "C" - com área de 8.181,97m, fazendo frente para a avenida Monteiro Tourinho onde mede 28,50m por 76,50m do lado direito de quem daquela Avenida olha o terreno, confrontando com a Rua (E 247 J) por 101,00m do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua (E 247 K), por 81,00m na linha dos fundos, onde confronta com a rua Modesto Piccoli.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei, serão utilizados pela Cohapar para a promoção de regularização fundiária da localidade e construção de moradias populares, retornando automaticamente ao patrimônio estadual, caso seja desvirtuado o seu uso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 624/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autorizando o Poder Executivo a denominar Admar Bertolli, o trecho compreendido entre a BR-277 e BR-116, conhecido como Rodovia Contorno Norte de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 624/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a denominar Vereador Admar Bertolli o trecho compreendido entre a BR-277 e BR-116, conhecido como Rodovia Contorno Norte de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 669/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Bechkauser - ensino fundamental das séries iniciais e ensino especial, com sede e foro no município de Ubatuba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 669/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Bechkauser - ensino fundamental das séries iniciais e ensino especial, com sede e foro no município de Ubatuba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

#### 3ª Discussão

##### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre a proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação as emendas do item 7. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Estamos apreciando a emenda.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovada** a Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

#### 2ª Discussão

##### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, instituindo a comemoração do Dia do Seisho No Ie no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 22 de novembro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

##### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Lobato. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

##### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, autorizando o Poder Executivo a reverter a doação dos imóveis que especifica,

devolvendo-os ao município de Corumbataí do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 664/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, autorizando o Poder Executivo a proceder a reversão à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, do imóvel conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2004, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ladislau Biernaski. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 044/2004, de 18.04.2004, em Projetos de Lei, pág. 04).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/2004

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Bancada do Partido dos Trabalhadores, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado, a Dom Ladislau Biernaski.

##### Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná. O Partido do autor, também já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

##### Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 195/2004, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3788, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 195/2005.

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autorizando o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Santa

Mariana, de imóvel pertencente ao Estado, situado do perímetro urbano do município. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2005, de 30/08/2005, em Projetos de Lei, pág. 05).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 528/2005

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei em análise pretende autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel especificado, para fins de instalação de um centro odontológico para atendimento da comunidade.

##### Fundamentação

Analizando-se a competência para legislar sobre a matéria, não se encontra qualquer óbice constitucional. Então, vejamos o artigo 25, parágrafo 1º da Constituição Federal:

Art. 25. (...)

§ 1º São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por essa Constituição.

Com relação à matéria tratada no projeto, o artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná dispõe:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Com certeza o projeto de lei em questão enquadra-se na exceção trazida por esse dispositivo constitucional.

##### Conclusão

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do exposto, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 528/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Santa Mariana, de imóvel pertencente ao Estado, situado no perímetro urbano do município.

Fica disposto que o imóvel será utilizado para fim exclusivo de instalação de um centro odontológico para atendimento da comunidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação na forma apresentada. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando o artigo 2º, da Lei nº 13.867, de 08 de novembro de 2002, que autorizou o Poder Executivo a reverter imóvel ao município de Icaraíma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2005, de 27/09/2005, em Projetos de Lei, pag. 11).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 593/2005

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, altera o artigo 2º, da Lei nº 13.867, de 08 de novembro de 2002, que autorizou o Poder Executivo a reverter imóvel ao município de Icaraíma.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que ele destina o imóvel para o uso de um entreposto de pesca e de um centro de apoio ao jovem.

A Constituição do Estado assim assegura:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A Lei Complementar nº 95/98, responde quanto à técnica legislativa, dizendo:

*Da Alteração das Leis*

*Art. 12. A alteração da lei será feita:*

*I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;*

O projeto em análise apresentou-se em conformidade quanto à técnica legislativa, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como à legalidade da propositura.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 593/2005

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo alterar o artigo 2º, da

Lei nº 13.867, de 08 de novembro de 2002, que autorizou o Poder Executivo a reverter imóvel ao município de Icaraíma.

Fica disposto que o imóvel será utilizado pela Prefeitura Municipal para fim exclusivo de construção de um entreposto de pesca e de um centro de apoio ao jovem, caso contrário deverão retornar ao patrimônio estadual, ficando gravadas as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Dilvo Grolli. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 111/2005, de 11/10/2005, em Projetos de Lei, pag. 05).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 629/2005

##### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito ao Sr. Dilvo Grolli.

##### Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/2001:

*Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)*

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito do Estado do Paraná.*

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

##### Constitucionalidade e Legalidade

Pertinente a tal matéria, dispõe a Lei nº 14.677 de 2005:

*Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º, da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:*

“§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.”

De acordo com tal lei, o Partido do nobre Deputado apresentou apenas seis, segundo estatística da própria Assembléia Legislativa, dos oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Porém, o referido projeto de lei carece de vícios de técnica legislativa, pois não foram observadas algumas disposições da Lei Complementar 95/98. No artigo 2º que dispõe “ficando revogadas as disposições em contrário”, há ilegalidade frente à referida Lei Complementar, que determina que todas as revogações devem ser explicitadas e especificadas (artigo 12, I). E para sanar tal vício e salvaguardar a importância da matéria, apresentamos emenda, em anexo.

Desta forma, em sede de parecer, e desde que acolhida a emenda sugerida anexa, este relator opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 629/2005

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 629/2005, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3789, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.** Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 629/2005.

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/2005, que autoriza o Poder Executivo a doar parte do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ao município de São Mateus do Sul. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17/10/2005, em Mensagens, pág. 03).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 630/2005

#### P A R E C E R :

##### Histórico

O Projeto de Lei nº 630/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Estado do Paraná a doar parte do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, ao município de São Mateus do Sul.

##### Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece condições para a doação de alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado em seu artigo 10, que assim dispõe:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Como se vê, regra constitucional é de que os bens imóveis de propriedade do Estado não podem ser objeto de doação ou utilização gratuita, podendo ser feita somente em alguns casos e mediante os requisitos estabelecidos no artigo 10, a saber:

a) *autorização legislativa;*

b) *que o beneficiário seja pessoa de direito público interno, órgão ou fundação da administração direta e indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, devendo ainda ser declarada de Utilidade Pública;*

O projeto atende aos requisitos legais exigidos no artigo 10 da Constituição Estadual, todavia deve sofrer emenda modificativa para corrigir a redação do artigo 3º, que estabelece cláusula genérica de revogação, bem como deve constar do projeto que o desvirtuamento na utilização do imóvel ensejará o retorno do mesmo ao patrimônio estadual.

##### Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda modificativa e aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 630/2005

P A R E C E R :

O artigo 2º passará a ter a seguinte redação e se acrescenta o artigo 3º:

*Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será utilizado pelo município de São Mateus do Sul para ampliação das instalações da unidade escolar municipal, retornando automaticamente ao patrimônio estadual, caso seja desvirtuado o seu uso.*

*Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 630/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 630/2005, deriva da Mensagem nº 050/2005, do Chefe do Poder Executivo, o qual autoriza o Estado do Paraná a doar parte do imóvel, que compreende uma área de 4.800,00 m<sup>2</sup>, de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, para o município de São Mateus do Sul.

Segundo consta no texto da mensagem, o imóvel estará retornando ao patrimônio do município de São Mateus do Sul, que o utilizará para ampliação das instalações da unidade escolar municipalizada nele existente, que consta na correção feita pela Comissão de Constituição e Justiça, através de Emenda Modificativa e Aditiva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há um Requerimento nº 3774, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a votação em bloco dos itens 17, 18, 19 e 20.

Em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Para Encaminhar**)

Presidente Hermas Brandão, gostaria apenas de solicitar ao Deputado Dobrandino que o item 18 fosse retirado da pauta, se não houver outra possibilidade. É um projeto extremamente importante, diferente na essência dos demais projetos que aqui estão, e eu gostaria de

solicitar a V. Exa. a retirada para colocação em outra oportunidade. Sei que V. Exa. tem feito isso apenas como exceção, mas peço a sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É uma exceção que está se tornando regra. Quero participar aos Srs. Parlamentares que este ano estamos adotando essa prática. No ano que vem, entrou na pauta, veta, não sai mais, porque senão não conseguimos votar. Eu, na realidade, sou cobrado, às vezes, de deixarmos alguns projetos. Ainda ontem vi pela imprensa a posição do Deputado Mauro Moraes.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

**Discussão Única (Proposição)**

**TEM 17**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 018/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci, que define direitos dos Agentes Comunitários de Saúde do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 003/2005.

Curitiba, 05 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 296/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 729/2003, por julgá-lo, inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os municípios do Estado do Paraná deverão encaminhar à Secretaria Estadual da Saúde, cópias de documentos que comprovem atendimentos de direitos trabalhistas previstos na Carta Magna da República aos agentes comunitários de saúde, prevendo sanções às municipalidades nos casos de descumprimento da norma.

O veto ora apostado decorre da flagrante e dupla inconstitucionalidade da medida, porque afronta os artigos 22, inciso I, e 18, *caput*, da Constituição Federal, o primeiro que confere à União competência privativa para legislar sobre direito do trabalho e o seguinte, que assegura autonomia aos entes federados, inclusive aos municípios.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 729/2003, encontra-se publicado no DA nº 106/2003, de 08/12/2003, em Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 018/2005

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo definir direitos dos Agentes Comunitários de Saúde do Paraná.

A Constituição Estadual do Paraná assim dispõe:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º. Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro do prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.*

Diante do exposto verificamos que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Assim sendo, opinamos pelo andamento da presente proposição.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

**TEM 19**

**DISCUSSÃO ÚNICA-** da Proposição nº 050/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 024/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispondo sobre a gratuidade da Taxa de Certidão da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 078/2005.

Curitiba, 15 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 093/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 024/2005, tendo em vista que, ensejando renúncia de receita, desobedece a Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, sendo, portanto, inconstitucional por ferir o artigo 163, da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 024/2003, encontra-se publicado no DA nº 044/2003, de 17/05/2003, em Redação Final, pág. 57).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO GOVERNAMENTAL Nº 050/2005

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente veto governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa do Deputado Rafael Greca, quer dispõe sobre a gratuidade da taxa de certidão quando exigida para a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição inconstitucional, uma vez que, na opinião do Governador, a iniciativa enseja renúncia de receita, e, neste sentido, da forma proposta, fere o artigo 133 e seguintes da Carta Constitucional e desobedece às determinações da Lei Complementar Federal nº 101/2002, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Voto do Relator e sua Fundamentação**

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, desdobra-se em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, apresentando-se no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haja expressa disposição regimental de quem a entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito.

Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo



Executivo Estadual no dia 31 de maio de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 20 de junho de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo, entendemos, cabe a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

Ao apreciar originalmente a proposição esta Comissão aprovou favorável de lavra do ilustre Deputado Ademar Traiano, que emitiu parecer pela constitucionalidade da proposição, na forma do Substitutivo Geral. Considerando que este Parlamentar não esteve presente naquela sessão, tomamos a liberdade de concordar com o Chefe do Executivo Estadual, e, na esteira de outras manifestações, entendemos que a proposição efetivamente está desacompanhada do devido impacto orçamentário e financeiro, exigido pela norma invocada, porém também não ficou demonstrado que efetivamente há perda relevante de receita.

### Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido de regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do veto diretamente para apreciação, ao Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

### TEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 074/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 096/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, proibindo o atendimento telefônico eletrônico (por gravação), nos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviço público. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 135/2005.

Curitiba, 10 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 170/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 024/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “Fica proibido o atendimento telefônico (por gravação) ao usuário, nos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviço público, no Estado do Paraná”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de manifestação da Procuradoria Geral do Estado, considerando que a medida, além de se contrapor ao sistema de serviço eletrônico do Estado, contraria, também, princípios norteadores do direito administrativo.

Para melhor elucidação do assunto, seguem, adiante transcritas, partes do pronunciamento daquela Procuradoria:

“... o atendimento telefônico eletrônico, assim como todo o sistema de comunicação eletrônica, constitui prática corrente e concontornável nos dias atuais, eis que se compatibiliza com o cenário de avanços tecnológicos aplicados à facilitação do cotidiano na sociedade moderna.

Nesta esteira, o Estado do Paraná encontra-se perfeitamente inserido nesse contexto de modernidade e comunicação com os administrados, como se depreende do teor do Decreto Estadual 3769/2001, que criou o sistema de serviços telefônicos denominado “e-Paraná” e que, em seu artigo 1º dispõe:

*Art. 1º Fica criado o Sistema Governamental de Serviços Eletrônicos denominado E-PARANÁ, que através das tecnologias da informação, visa aprimorar a qualidade dos serviços da administração pública estadual, especialmente no tocante à maior eficiência, publicidade, legalidade, impessoalidade e finalidade, bem como se destina a ampliar o acesso da população a tais serviços.*

Ora, considerando que o problema sob análise visa a preservação do sistema manual de atendimento telefônico, parece clara sua incompatibilidade com toda cultura de modernização de veículos de comunicação entre o Estado e os administrados, que se desvela pela via do sistema governamental de sistemas eletrônicos.

Por outro lado, o projeto sob análise tem como escopo confesso, também, a preservação do emprego de telefonistas e outros operadores de telefonia, mediante a consequência imediata de contratação de pessoal especializado para esse fim, com os ônus administrativos e financeiros disso naturalmente decorrentes.

Ainda que tal objetivo - do legislador - apresente seu aspecto de inquestionável magnitude, é preciso manter presente que cabe à estrutura administrativa do Estado cuidar da economia de recursos públicos, criando mecanismos que viabilizem tal economia. É essa a lição recentíssima de Marçal Justen Filho:

*O dever de otimização de recursos públicos.*

*Um dos aspectos essenciais do direito administrativo reside na vedação ao desperdício ou má utilização dos recursos destinados à satisfação de necessidades coletivas. É necessário obter o máximo de resultados com a menor quantidade possível de desembolsos.*

*Assim, impõe o princípio da república, que estabelece que todas as competências estatais têm de ser exercitadas do modo mais satisfatório possível.*

Sob essa ótica, as constatações acima acabam por ganhar grande significado jurídico, eis que a aprovação

do projeto redundaria em comprometimento da administração pública para com novas despesas, não só pela necessária contratação de pessoal, mas pela desarticulação e perda de toda a estrutura eletrônica já implantada no Estado.

Em face do exposto, o parecer é no sentido de que o projeto em exame ainda que não contrarie frontalmente nenhum dispositivo de lei em vigor, apresenta inquestionável contrariedade não apenas ao sistema de serviços eletrônicos do Estado do Paraná, mas, também, a princípios norteadores do direito administrativo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 096/2005, encontra-se publicado no DA nº 011/2005, em Projeto de Lei, pág. 14).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 074/2005

P A R E C E R :

**Parecer**

O veto do Chefe do Poder Executivo é analisado sob o prisma da tempestividade e do cumprimento do texto legal e constitucional.

Nestes termos, o presente veto ao Projeto de Lei nº 96/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, encontra-se em condições de ser submetido à apreciação do Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal. O requerimento do Deputado Dobrandino foi aprovado e estão em votação os itens 17, 19 e 20.

O SR. SECRETÁRIO (Nereu Moura)  
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convido as Sras. Deputadas Luciana Rafagnin, Cida Borghetti e Elza Correia, para fazer o escrutínio.

(Apuração dos votos)

Vinte e três, pela manutenção do veto.

Quinze, pela derrubada do veto.

**Estão mantidos os vetos dos itens 17, 19 e 20.**

**ITEM 18**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 021/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 268/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera o item III, e inclui o item IV, no artigo 5º, e altera o item I do artigo 10

da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998 do Poder Executivo. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 006/2005.

Curitiba, 05 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 278/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 268/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, lei instituidora do Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, nos termos do artigo 205, da Constituição Estadual.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre do anexo pronunciamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Ofício nº 1.057/2004 do Titular da Pasta), considerando a medida, assim como está posta, contrária aos superiores interesses do Estado e esclarecendo, também, que se adotada, implicaria em dispersão de recursos com prejuízos para a execução de políticas do setor.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 268/2003, encontra-se publicado no DA nº 033/2003, de 14/05/2003, em Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 021/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 268/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, vetado pelo Governador do Estado, altera o item III, do artigo 5º, e altera o item I do artigo 10 da Lei nº 12.020, de nove de janeiro de 1998 de autoria do Poder Executivo.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da*

*Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somo favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3787, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, com apoio da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.** Fica portanto, retirada da Ordem do Dia a Proposição nº 021/2005, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 268/2003.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3765, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3766, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3768 a 3770, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3772, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3775 e 3776, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3779 a 3783, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3780, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3782, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 411/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 528, 593 e 630/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 099, 100, 329, 687/2005; e do Projeto de Lei Complementar nº 699/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 055, 081, 088, 094, 068 e 069/2005.

Levanta-se a Sessão.

### **Publicações:**

### **Atas de Comissões**

### **Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente**

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA  
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença dos seguintes Deputados: Luciana Rafagnin, Elza Correia, Duílio Genari e Arlete Caramês. A Sra. Presidente declara aberta a presente reunião apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da Ata da 1ª Reunião Ordinária - APROVADO; 2º) Votação da Ata da 2ª Reunião Ordinária - APROVADA; 3º) Projeto de Lei nº 147/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre o critério de distribuição de imóveis sociais no Estado e da outras providências. Parecer FAVORÁVEL na forma de emenda modificativa da Deputada Elza Correia - APROVADO; 4º) Projeto de Lei nº 282/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, nos jornais editados no Estado do Paraná, de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, nas condições que especifica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Renato Gaúcho - APROVADO; 5º) Projeto de Lei nº 301/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que cria o programa "Vida Nova Mulher Mastectomizada" e da outras providências. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Luciana Rafagnin - APROVADO. Na sequência a Senhora Presidente concedeu a palavra aos convidados: Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto - Procurador da Justiça e Coordenador do Centro de Apoio da Criança e do Adolescente; Dra. Aline Manzatto - Delegada Titular da Delegacia de Proteção da Mulher de Maringá; a Sra.

Terezinha Beraldo Pereira - Secretária Municipal da Mulher de Maringá; e Valéria da Silva Gaudino Cardim - representante do Núcleo da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciana Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente  
Luciane Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA  
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença da Deputada Luciana Rafagnin. A Sra. Presidente declara aberta a presente reunião; cumprimentando todos os presentes; e passando a palavra aos convidados: Dra. Ana Cláudia Machado - Delegada Titular do Nucia (Núcleo de Proteção a Criança e ao Adolescente Vitimas de Crimes de Curitiba) e o Dr. Robertson Fonseca de Azevedo (Promotor de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público de Maringá, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerra a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente  
Luciane Andretta - Secretária

***Obras Públicas, Transportes e Comunicações***

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às 11h00, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, dentre titulares e suplentes: Deputado Francisco Bühner, Rafael Greca, Durval Amaral, Cida Borghetti, Marcos Isfer, e o presidente da Comissão Deputado André Vargas; dando início reunião o Deputado Marcos Isfer solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (5ª reunião ordinária do dia 13.09.2005), solicitação aceita por todos. A seguir o senhor presidente passou à pauta do dia con-

forme abaixo: 1) Projeto de Lei nº 451/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Durval Amaral. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO, conforme emenda modificativa. 2) Projeto de Lei nº 450/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO, conforme emenda modificativa. 3) Projeto de Lei nº 555/2005 - Mensagem nº 041/2005, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 557/2005 - Mensagem nº 043/2005. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 570/2005 - Mensagem nº 044/2005 de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 556/2005 - Mensagem nº 042/2005 de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 7) Projeto de Lei nº 554/2005 - Mensagem nº 040/2005 de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 8) Projeto de Lei nº 491/2005 de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 9) Projeto de Lei nº 492/2005 de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 448/2005 de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 288/2005 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 248/2005 de autoria do Deputado André Vargas. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 599/2005 - Mensagem nº 047/2005, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 437/2005 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 571/2005 - Mensagem nº 045/2005, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 457/2005 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 541/2005 de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 246/2005 de autoria do Deputado André Vargas. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, reuniram-se na Sala das Comissões os nobres Pares desta Comissão, para realizar reunião ordinária mediante pauta pré-definida; comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas Presidente; Durval Amaral, Marcos Isfer, Ademir Bühner que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (6ª reunião ordinária), solicitação aceita por todos. A seguir o Presidente passou à pauta do dia: 1) Projeto de Lei nº

494/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/2005. Relator: Durval Amaral. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO, conforme emenda modificativa. 2) Projeto de Lei nº 303/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária

